

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

ENTREGA FINAL - GRUPO 6

**Análise da participação no Orçamento Cidadão de
2022 da cidade de São Paulo pautada por dados do
Mapa da Desigualdade**

ACH3778 - Governo Aberto

Professora: Gisele Craveiro

Integrantes:

Ahmad Kamel Abdouni - 11795825

Gianluca Siqueira Maiellaro - 11795929

Luiza Borghi de Mello - 11796037

Maria Eduarda Garcia - 11796621

Mirela Mei - 11208392

Raphael Nobuaki Iwamoto - 11882986

Julho de 2023

Conteúdo

1	Introdução	1
1.1	Referencial teórico	1
1.2	Apresentação do problema	1
2	Metodologia	3
2.1	Análise bibliográfica	3
2.2	Desenvolvimento do projeto	6
3	Resultados	8
3.1	Análise bibliográfica	8
3.2	Análise do Mapa da Desigualdade 2022	10
3.2.1	Análise das variáveis	11
3.2.2	Análise dos distritos mais discrepantes no quesito desigualdade	14
3.2.2.1	Pinheiros	15
3.2.2.2	Marsilac	15
3.2.3	Análise de correlação	16
3.3	Análise do Orçamento Cidadão 2022	18
3.4	Análise conjunta do Mapa da Desigualdade e Orçamento Cidadão 2022	24
3.4.1	Análise das subprefeituras mais participativas	24
3.4.1.1	Perus	24
3.4.1.2	Parelheiros	28
3.4.1.3	Casa Verde	31
3.4.2	Análise das subprefeituras menos participativas	34
3.4.2.1	Freguesia/Brasilândia	34
3.4.2.2	Pirituba/Jaraguá	37
3.4.2.3	Cidade Ademar	40
4	Conclusão	43
5	Referências bibliográficas	44

1 Introdução

1.1 Referencial teórico

O Participe+ é uma iniciativa administrada pela equipe de Governo Aberto do município de São Paulo e tem como objetivo proporcionar a colaboração entre governo e sociedade civil, criando um ambiente de participação social de três formas distintas: Consultas Públicas, Votações e Orçamento Cidadão. O programa foi criado em decorrência do 2º Plano de Ação em Governo Aberto e oficialmente lançado durante a pandemia de COVID-19, permitindo que o envolvimento da população com o governo fosse possível em meio ao isolamento social. Através do programa, visa-se exercer os pilares do Governo Aberto, proporcionando participação, transparência e prestação de contas, além de promover um maior engajamento da população diante de projetos públicos.

Haja em vista dados divulgados pela Prefeitura de São Paulo, é perceptível que o Participe+ tornou-se um projeto que proporciona uma maior participação social dentro do município - tomando o número total de indivíduos envolvidos com o processo do Orçamento Cidadão, vê-se um aumento de 2.097 em 2019 para 12.354 em 2020. Ainda sobre o Orçamento Cidadão, o qual será o escopo do projeto em questão, vê-se que se trata de uma forma de envolvimento da população na definição e distribuição dos recursos do orçamento municipal. Nele, é possível sugerir e votar em propostas de acordo com os distritos da cidade.

O processo do Orçamento Cidadão é realizado anualmente de acordo com uma série de etapas, que incluem informar os cidadãos sobre o processo, receber propostas da população, priorizar as propostas, realizar votação popular, analisar viabilidade, fornecer um retorno com opiniões sobre as propostas aprovadas - isto é, devolver feedbacks - e monitorar a implementação. O objetivo, dessa maneira, é garantir o estabelecimento de uma gestão mais democrática e transparente dos recursos públicos. Os dados das propostas submetidas e seus respectivos apoios se encontram disponíveis na plataforma.

1.2 Apresentação do problema

A desigualdade social é uma questão complexa e multidimensional que afeta diversas regiões e cidades ao redor do mundo. No contexto brasileiro, especificamente na cidade de São Paulo, a desigualdade socioeconômica e geográfica é evidente, com disparidades significativas entre diferentes distritos.

Essas desigualdades impactam diretamente a qualidade de vida e o acesso a serviços básicos para a população.

Concomitantemente, tem-se a participação popular como um dos pilares do governo aberto, junto à transparência e à prestação de contas. Porém, não há um consenso na literatura sobre o significado do termo “participação”, com este sendo muitas vezes empregado de diversas formas, como “participação política”, “participação popular” e “participação cidadã”, sendo que as diferentes representações não são necessariamente interpretadas como sinônimos.

Para o presente trabalho, considera-se a participação como a colaboração da população na tomada de decisões da administração pública, sendo representada pelas propostas e apoios do programa Participe+.

Este trabalho busca explorar a maneira como está distribuída a participação dos cidadãos do município de São Paulo no Orçamento Cidadão do programa Participe+. Ademais, visa investigar se participações possivelmente desiguais estão correlacionadas com medidas populacionais e variáveis associadas à situação social e econômica de uma subprefeitura. A análise se pauta em dados e informações do Mapa da Desigualdade, que apresenta indicadores sobre educação, saúde, cultura, habitação, esporte, segurança pública e meio ambiente discriminados por distrito na cidade, juntamente com as informações obtidas através das propostas do Orçamento Cidadão, a fim de elucidar possíveis correlações.

Ademais, em paralelo às questões supramencionadas, este trabalho também objetiva compreender se as informações presentes no Mapa da Desigualdade se refletem nas propostas submetidas como parte do Orçamento Cidadão, buscando visualizar se as necessidades específicas das subprefeituras dos municípios de São Paulo resultam em engajamento e participação por meio do programa. Como análise adicional, objetiva-se entender se as propostas enviadas foram consideradas viáveis ou não após serem eleitas, resultando em avanços concretos.

Por fim, o presente trabalho visa contribuir para a análise da inclusão e representatividade nas decisões políticas. Essa análise é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária, na qual todas as vozes sejam ouvidas e consideradas no contexto da cidade de São Paulo.

2 Metodologia

2.1 Análise bibliográfica

A fim de compreender o que já foi estudado e, portanto, já existe como literatura acadêmica no tema, seis questões de pesquisa foram elaboradas:

- **Q1.** O que está sendo abordado sobre desigualdade social no município de São Paulo?
- **Q2.** O que está sendo abordado sobre desigualdade social no município de São Paulo considerando especificamente seus diferentes distritos?
- **Q3.** O que está sendo abordado sobre participação política no município de São Paulo?
- **Q4.** O que está sendo abordado sobre a influência da desigualdade social na participação política no município de São Paulo?
- **Q5.** O que está sendo abordado sobre o Programa Participe+?
- **Q6.** O que está sendo abordado sobre o Mapa da Desigualdade?

Tendo em vista as questões definidas, escolheu-se o Google Scholar como base de dados e seis termos de busca foram definidos:

- **T1.** São Paulo e desigualdade social
- **T2.** São Paulo e desigualdade e distritos
- **T3.** São Paulo e participação política
- **T4.** São Paulo e desigualdade social e participação política
- **T5.** São Paulo e Participe+
- **T6.** São Paulo e Mapa da Desigualdade

Os critérios de inclusão utilizados foram artigos em português, já que optou-se pelo enfoque na realidade brasileira e, mais especificamente, na cidade de São Paulo. Foram descartados os trabalhos cujo título e resumo não fossem relacionados ao tema ou que não respondessem às perguntas de pesquisa definidas previamente. A tabela 1 detalha os termos de busca e resultados retornados.

Termos de busca	Total de retornados	Total de utilizáveis	Utilizáveis
<p>“São Paulo“ AND “desigualdade social“</p>	76.600	3	<p>- Yazlle Rocha, Juan Stuardo, Breno José Guanais Simões, and Geraldo Luiz Moreira Guedes. “Assistência hospitalar como indicador da desigualdade social.“ Revista de saúde Pública 31 (1997): 479-487.</p> <p>- Ermínia, Maricato. “Metrópole, legislação e desigualdade.“ Estudos avançados 17 (2003): 151-166.</p> <p>- Zarias, Alexandre. Das leis ao avesso: desigualdade social, direito de família e intervenção judicial. Diss. Universidade de São Paulo, 2008.</p>
<p>“São Paulo“ AND “desigualdade“ AND “distritos“</p>	31.300	3	<p>- Chiavegatto Filho, Alexandre Dias Porto, et al. “Como incluir características dos distritos do município de São Paulo em estudos epidemiológicos?: análise da desigualdade de renda pelo uso do propensity score matching.“ Saúde e Sociedade 22 (2013): 1145-1153.</p> <p>- Antunes, Jose Leopoldo Ferreira. Mortalidade por câncer e desigualdade social em São Paulo. Diss. Universidade de São Paulo, 2005.</p> <p>- Fernandes, Ivan Filipe de Almeida Lopes. “A desigualdade na participação política do paulistano: segregação e democracia na Cidade de São Paulo.“ Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política 29.2 (2020).</p>

“São Paulo” AND “participação política”	102.000	2	<p>- Prist, Arthur Hirata, and Maria Paula Dallari Bucci. “Direito à Cidade e esfera pública: entre a participação política e a renovação jurídico-urbanística.” <i>Cadernos Metrópole</i> 23 (2021): 629-650.</p> <p>- Lacerda, Fabio, and Sergio SIMONI JÚNIOR. “A relação entre status socioeconômico, religião, disposições atitudinais e participação política: evidências da cidade de São Paulo.” <i>Índice de democracia local: estudos a partir da experiência de São Paulo</i>. Curitiba: Instituto Sivilis (2021): 128-148.</p>
“São Paulo” AND “desigualdade social” AND “participação política”	21.700	2	<p>- Fernandes, Ivan Filipe de Almeida Lopes. “A desigualdade na participação política do paulistano: segregação e democracia na Cidade de São Paulo.” <i>Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política</i> 29.2 (2020).</p> <p>- Bonifácio, Robert. “A participação política no Brasil.” <i>Debate, Belo Horizonte</i> 4 (2012).</p>
“São Paulo” AND “Participe+”	0	0	-
“São Paulo” AND “Mapa da Desigualdade”	709	1	- Cavalcante, Eduardo Janotti, and Lúcia Pereira Barroso. “Relatório de análise estatística sobre o projeto “Mapa da desigualdade de gênero e interseccionalidades do município de São Paulo.”. (2022).
Número total de artigos utilizáveis: 11			

Tabela 1: Termos de busca e resultados retornados.

2.2 Desenvolvimento do projeto

O Mapa da Desigualdade divide a cidade de São Paulo em 96 distritos, apresentando para cada um deles os seguintes critérios: a população, população preta e parda, feminina, infantil, jovem, em situação de rua, quantidade de favelas, moradias em risco; no quesito mobilidade: ocorrências e mortes de trânsito, tempo médio de deslocamento por transporte público, acesso de transporte de massa e à infraestrutura ciclovitária; no quesito infraestrutura digital: acesso à internet móvel; no quesito trabalho e renda: oferta de emprego formal, remuneração nestes, microempreendedores individuais, desigualdade salarial; no quesito saúde: gravidez na adolescência, idade média ao morrer, mortalidade materna, infantil, tempo de consulta na atenção básica, mortalidade por covid; no quesito educação, tempo de atendimento para vaga em creche, matrículas em ensino básico em escolas públicas, distorção idade-série no ensino fundamental municipal, abandono escolar, Ideb, adequação da formação docente; no quesito cultura: centros e espaços de cultura, equipamentos públicos de cultura, cinemas, espaços culturais independentes; no quesito esporte: equipamentos públicos de esporte, quadras esportivas em escolas públicas; no quesito direitos humanos: violência racial, contra a mulher, LGBTQIAP+; no quesito segurança pública: deslocamentos médios para denúncias de violência contra a mulher, feminicídio, mortes por intervenção policial, homicídios, homicídios de jovens, agressões por intervenção policial; no quesito meio ambiente, emissão de poluentes atmosféricos por área, coleta seletiva, resíduos sólidos per capita. Além disso, conta também com análises como: quantas vezes o distrito aparece entre os dez melhores ou piores em um determinado critério e um comparativo dos “desigualtômetros” entre as áreas, das médias e dos totais.

Os dados disponibilizados no Orçamento Cidadão pelo Participe+ se referem ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, divididos entre 32 subprefeituras de São Paulo e por ano, contando com dados como o autor da proposta, a descrição, quantidade de apoios, resultados da priorização, votos, resultado da votação, viabilidade, compromisso e justificativa.

Para tal, escolheu-se as variáveis mais relevantes de cada tema no Mapa da Desigualdade para os distritos pertencentes à divisão regional de São Paulo pelo Participe+, analisando o quão beneficiados são estes entre si e o quanto esse cenário se reflete na Participação Orçamentária. Analisou-se o caráter das propostas aprovadas e demandas e estatísticas de aprovação, quanto aquelas

consideradas inviáveis ou não votadas. Desejou-se, dessa forma, delinear de que formas a desigualdade social afeta a realidade material do presente e de que maneira ela se propaga e prorroga, fazendo parte do projeto político municipal.

A fim de realizar a presente análise, foi-se utilizado um arquivo de extensão .csv relativo ao Mapa de Desigualdade do ano de 2022 e outro arquivo de mesma extensão do Projeto de Lei Orçamentária de 2022. A separação entre distritos do segundo documento, é mais sucinta que no caso do primeiro, uma vez que agrupa alguns distritos em suas respectivas subprefeituras, o que reforça a tendência de se utilizar como base as localidades descritas da forma como estão no Orçamento Cidadão disponível na plataforma Participe+ da cidade de São Paulo. Assim foi feito na Análise conjunta do Mapa da Desigualdade e Orçamento Participativo 2022 (seção 3.4.), onde optou-se por realizar a análise a partir das subprefeituras delimitadas pelo Participe+. Em consonância com o objetivo da plataforma, a seleção de subprefeituras se deu por um caráter participativo, considerando as subprefeituras que constam com a maior e a menor participação por habitante no Participe+.

No Mapa da Desigualdade, os indicadores utilizados foram: a população em situação de rua, quantidade de favelas, número de mortes de trânsito, tempo médio de deslocamento por transporte público, acesso à infraestrutura ciclovária, acesso à internet móvel, oferta de emprego formal, gravidez na adolescência, idade média ao morrer, mortalidade materna, infantil, tempo de consulta na atenção básica, mortalidade por covid, abandono escolar, centros e espaços de cultura, violência racial, contra a mulher, LGBTQIAP+, deslocamentos médios para denúncias de violência contra a mulher e feminicídio. Também contou-se com as análises de quantas vezes o distrito aparece entre os melhores ou piores, e os valores dos “desigualtômetros” (que medem a discrepância dos valores entre as regiões), em momentos oportunos de conclusão. Entendeu-se como escolha mais assertiva utilizar os dados de 2022, uma vez que o Mapa da Desigualdade é lançado aos finais de ano e o último disponível foi de novembro de 2022, e o fato de que o orçamento de 2022 já foi inteiramente proposto, votado e rotulado de acordo com sua viabilidade, sendo ainda possível avaliar a participação política nas votações. Além disso, para uma melhor análise dos dados fornecidos, foram utilizadas as linguagens de programação R e Python. Com esse cenário, é possível ter um melhor entendimento da situação econômica, política e social dos distritos.

Os passos utilizados para a análise foram:

1. Coleta de dados - coleta do arquivo .csv de todas as propostas de lei para todos os distritos de 2022 (Orçamento Cidadão), bem como do arquivo em que estão descritas todas as variáveis abordadas pelo Mapa da Desigualdade.
2. Pré-processamento dos dados - importação para utilização em R e Python e verificação da consistência dos dados, através da eliminação de variáveis que não sejam do interesse e tratamento de valores ausentes e duplicados.
3. Exploração dos dados - para cada um dos distritos, realizou-se uma análise exploratória das variáveis descritas, calculando estatísticas descritivas, como média, mediana e desvio padrão para as variáveis de interesse. Ainda, observou-se quais foram as propostas de lei mais votadas e consideradas viáveis de aplicação para cada um dos locais definidos.
4. Cruzamento dos dados - identificação da variável em comum entre os dados do Mapa da Desigualdade e o Projeto de Lei Orçamentária para que seja possível realizar o cruzamento: os nomes dos distritos.
5. Análise final, tanto estatística quanto de desigualdade na participação política e de acesso à informação. O objetivo foi encontrar tendências e disparidades significativas entre os distritos, bem como a forma com que a realidade vem sendo tratada pela prefeitura. As conclusões foram apresentadas por meio de gráficos e outros recursos visuais, em uma apresentação, a fim de demonstrar de que forma os valores conversam entre si.

3 Resultados

3.1 Análise bibliográfica

A análise bibliográfica realizada teve enfoque no pilar de governo aberto referente à participação. Conforme apontado na seção 2.1, apenas um resultado foi retornado ao buscar por artigos referentes ao Mapa da Desigualdade, enquanto zero resultados abordavam a respeito do programa Participe+.

Os conceitos de instituições, mecanismos participativos, direito à cidade e desigualdade na participação política são essenciais para a compreensão da importância do envolvimento dos cidadãos nos processos políticos e na construção de sociedades mais democráticas e igualitárias.

Sob um paradigma histórico, vê-se que a Constituição de 1988 estabeleceu no sistema político brasileiro diversas formas de participação política. Além das eleições para cargos nacionais, estaduais e municipais, foram incorporados mecanismos de participação direta, como plebiscitos, referendos, além de incentivos a instituições participativas locais, como conselhos de políticas e orçamentos participativos.

Orçamentos participativos são exemplos de instituições participativas, nas quais os cidadãos podem se envolver nas negociações acerca da alocação de gastos governamentais (LACERDA; JUNIOR, 2021). No entanto, é crucial que tais mecanismos de participação estejam abertos às partes interessadas e garantam que os cidadãos possam de fato influenciar as decisões políticas. A ilusão de participação sem efetividade não é suficiente para promover uma participação efetiva (OLIVEIRA; CKAGNAZAROFF, 2022).

Fernandes (2020) destaca que a participação cidadã nos processos políticos é uma exigência para o bom funcionamento da democracia e elabora que a qualidade dessa participação vai além da quantidade de participantes. É necessário levar em consideração a desigualdade na distribuição dessa participação, dado que a falta de oportunidades e recursos para participação de certos grupos pode indicar um enfraquecimento do processo democrático.

Quanto ao direito à cidade e participação política, é evidente que o Direito à Cidade é um elemento central nas lutas sociais (PRIST; BUCCI, 2021). Esse conceito engloba críticas à lógica mercantilista que submete o espaço urbano e a vida cotidiana ao valor de troca, bem como demandas específicas de acesso aos recursos que a cidade oferece. Para garantir esse direito, é fundamental que existam canais participativos capazes de captar as reivindicações e interesses dos movimentos sociais.

Lacerda e Junior (2021) argumentam que a participação política ocorre quando um cidadão tenta influenciar a distribuição de um bem público, independentemente do resultado efetivo dessa influência. Ademais, como enfatizado por Fernandes (2020), o elemento central da participação política é a ação voluntária do cidadão em influenciar as decisões políticas da sua comunidade e o processo decisório em geral.

Ao analisar a distribuição de tal participação, observa-se que indivíduos em posições mais elevadas na estratificação social e com recursos cívicos desenvolvidos têm maior propensão a participar politicamente (LACERDA; JUNIOR, 2021). Entretanto, a literatura destaca que efetuar comparações entre

regiões pobres e ricas deve levar em consideração a complexidade da distribuição social da cidade (Chiavegatto Filho et al, 2013). A análise dos impactos da desigualdade social na participação política é complexa e multidimensional, exigindo, portanto, um aprofundamento para que seja possível compreender os fatores mais significativos dessa relação.

Portanto, torna-se nítida a necessidade de se considerar a desigualdade social na análise da participação política (LACERDA; JUNIOR, 2021). Compreender a manifestação desse fenômeno é essencial para promover a integração social, econômica e cultural de grupos historicamente marginalizados e garantir sua maior participação nos processos deliberativos e de tomada de decisão (PRIST; BUCCI, 2021).

3.2 Análise do Mapa da Desigualdade 2022

A análise do Mapa da Desigualdade foi feita utilizando a linguagem de programação R, escolhida por ser uma linguagem estatística amplamente utilizada e reconhecida pela sua eficiência no processamento e análise de dados. O objetivo é fornecer informações quantitativas sobre diferentes aspectos relacionados à desigualdade entre 32 subprefeituras da cidade de São Paulo, podendo ajudar a identificar padrões, tendências e relações entre as variáveis estudadas.

A primeira etapa realizada foi a de análise sobre o Mapa da Desigualdade de 2022. Os dados foram coletados em formato .xlsx, a partir da página online do projeto, que também conta com um arquivo com as informações diagramadas e elaboradas, o qual também será utilizado no presente trabalho. Dentro do arquivo puro coletado, as colunas que possuíam valores nulos foram omitidas, e foi realizado um recorte sobre as tuplas existentes: primeiro, foram retiradas variáveis que não viriam a ser úteis para análise, selecionando apenas aquelas que retratavam parâmetros de desigualdade com mais exatidão, considerando os fins do presente trabalho; após isso, foram selecionados somente os registros relacionados ao distritos pertencentes à plataforma do Orçamento Cidadão de 2022 da iniciativa Participe+.

Os distritos selecionados nessa primeira fase foram: Aricanduva/Formosa/Carrão, Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Casa Verde, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Freguesia/Brasilândia, Guaianases, Ipiranga, Itaim Paulista, Itaquera, Jabaquara, Jaçanã/Tremembé, Lapa, M'Boi Mirim, Mooca, Parelheiros, Penha, Perus,

Pinheiros, Pirituba/Jaraguá, Santana/Tucuruvi, Santo Amaro, Sapopemba, São Mateus, São Miguel, Sé, Vila Maria/Vila Guilherme, Vila Mariana, Vila Prudente. Foram calculadas as frequências absolutas e relativas, as amplitudes, a média, a mediana e o desvio padrão. A visão geral final é composta por uma tabela de 32 registros, cada uma contendo 20 variáveis de análise, com os valores tratados e disponíveis para as análises necessárias.

Ao calcular as frequências absolutas e relativas, torna-se possível identificar a magnitude e a proporção de diferentes fenômenos relacionados à desigualdade, como por exemplo a população preta e parda, a incidência de violência racial, a mortalidade infantil, entre outros. Essas informações podem direcionar políticas públicas, intervenções sociais e alocar recursos de forma mais eficaz para enfrentar os problemas identificados. O cálculo da amplitude auxilia frontalmente nesse papel, uma vez que permite observar quais são os valores mínimos e máximos de certos parâmetros para determinadas regiões, escancarando a diferença entre a qualidade de vida para aqueles melhores ou piores posicionados na cidade. Ao calcular as medidas descritivas, como média, mediana e desvio padrão, é possível ter uma compreensão mais precisa sobre a distribuição dos dados e sua variabilidade. Essas informações são cruciais para identificar casos extremos, *outliers* ou tendências que possam influenciar a desigualdade em determinadas variáveis.

A análise estatística realizada fornece uma visão inicial, quantitativa e generalizada dos diferentes aspectos da desigualdade, auxiliando no entendimento dos problemas deste projeto, em como os dados se conformam de maneira descentralizada. Aqui, ainda, não são observados dados particulares, comparações com outros distritos específicos ou até mesmo o cruzamento com os dados do Orçamento Cidadão. Esse passo fornece uma primeira vista aos dados existentes e como se comportam, com o intuito de analisar as populações afetadas pelas desigualdades no Brasil.

3.2.1 Análise das variáveis

A análise descritiva foi realizada por variáveis, e contou com as frequências absolutas, relativas, a amplitude, a média, a mediana e o desvio padrão para cada uma delas. Estas são descritas pelas funções *table*, *range* e *describe* na linguagem de programação R.

- **População em situação de rua:** A variável “População em situação de rua”

se refere à população total em situação de rua por distrito, a amplitude indica como valor mínimo 30 pessoas e máximo 2149. A média é 291,3 pessoas, a mediana é de 236,5 e o desvio padrão de 387,9.

- **Favelas:** A variável “Favelas” se refere à proporção (%) estimada de domicílios em favelas em relação ao total de domicílios, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 0%, e máximo 21,7%. A média é de 6,8%, a mediana 5,6% e o desvio padrão de 6,7%.
- **Mortes no trânsito:** A variável “Mortes no trânsito” se refere ao coeficiente de mortes em sinistros de trânsito para cada cem mil habitantes, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 1,7, e como máximo 22,9. A média é 7,6, mediana 7,2 e desvio padrão 4,9.
- **Tempo médio de deslocamento por transporte público:** A variável “Tempo médio de deslocamento por transporte público” se refere ao tempo médio (em minutos) de deslocamento por transporte público no pico da manhã, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 27 minutos e máximo 69. A média é 43,9 minutos, a mediana 44 e o desvio padrão 11.
- **Acesso à infraestrutura cicloviária:** A variável “Acesso à infraestrutura cicloviária” se refere à proporção (%) da população que reside em um raio de até 300 metros de distância de infraestruturas cicloviárias (ciclovias e ciclofaixas), por Zona OD e por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 0% e máximo 76,1%. A média é 37,5%, a mediana 43,1% e o desvio padrão 24%.
- **Acesso à internet - Mapeamento das antenas:** A variável “Acesso à internet - Mapeamento das antenas” se refere à distribuição de antenas de internet móvel a cada dez mil habitantes, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 1,1 antena e máximo 36,1. A média é 6,6, a mediana 3,4 e o desvio padrão 8,4 antenas.
- **Oferta de emprego formal:** A variável “Oferta de emprego formal” se refere à taxa de oferta de emprego formal, por dez habitantes participantes da população em idade ativa (PIA), por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 0,3 e como máximo 23,2. A média é 5,7, a mediana 2,5 e o desvio padrão 8,8.

- **Gravidez na adolescência:** A variável “Gravidez na adolescência” se refere à proporção (%) de nascidos vivos de parturientes com menos de 20 anos em relação ao total de nascidos vivos. A amplitude indica como valor mínimo 0,6% e máximo 13,3%. A média é 7,4%, a mediana 7,7% e o desvio padrão 3,3%.
- **Idade média ao morrer:** A variável “Idade média ao morrer” se refere à média de idade (em anos) das pessoas que morreram (de acordo com o local de residência), por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 61,2 anos e máximo 78,8 anos. A média é 68,6 anos, a mediana 67,9 e o desvio padrão 5,5.
- **Mortalidade materna:** A variável “Mortalidade materna” se refere à razão da mortalidade materna. A amplitude indica como valor mínimo 0 e máximo 196. A média é 80,6, a mediana 71,25 e o desvio padrão 57,7.
- **Mortalidade infantil:** A variável “Mortalidade infantil” se refere ao coeficiente de mortalidade infantil, para cada mil crianças nascidas vivas de mães residentes no distrito. A amplitude indica como valor mínimo 2,7 e máximo 14. A média é 9,1, a mediana 10 e o desvio padrão 3,3.
- **Tempo médio para consultas na atenção básica:** A variável “Tempo médio para consultas na atenção básica” se refere ao tempo médio (em dias) de espera para consultas na atenção primária. A amplitude indica como valor mínimo 5 dias e máximo 37 dias. A média é 21,5 dias, a mediana 21 e o desvio padrão 6,9 dias.
- **Mortalidade por covid-19:** A variável “Mortalidade por covid-19” se refere à proporção (%) de óbitos por covid-19 em relação ao total de óbitos. A amplitude indica como valor mínimo 17,5% e máximo 30,2%. A média é 24,8%, a mediana 25,6% e o desvio padrão 3,12%.
- **Abandono escolar no ensino fundamental da rede municipal:** A variável “Abandono escolar no ensino fundamental da rede municipal” se refere à proporção (%) de alunos que abandonaram a escola no Ensino Fundamental da rede municipal. A amplitude indica como valor mínimo 0 e máximo 3,4%. A média é de 0,8%.
- **Centros culturais, casas e espaços de cultura:** A variável “Centros culturais, casas e espaços de cultura” se refere à proporção (%) de centros

culturais, espaços e casas de cultura (municipais), para cada dez mil habitantes, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 0 e máximo 0,56%. A média é 0, a mediana 0 e o desvio padrão 0,1%.

- **Violência racial:** A variável “Violência racial” se refere ao coeficiente de pessoas vítimas de violência de racismo e injúria racial para cada dez mil habitantes, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 0,51 e máximo 8,51. A média é 2,1, a mediana 1,65 e o desvio padrão 1,7.
- **Violência contra a mulher:** A variável “Violência contra a mulher” se refere ao coeficiente de mulheres vítimas de violência (todas as categorias) para cada dez mil mulheres residentes de 20 a 59 anos, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 184,3 e máximo 613,5. A média é 264,4, a mediana 251,4 e o desvio padrão 73,5.
- **Violência LGBTQIAP+:** A variável “Violência LGBTQIAP+” se refere ao coeficiente de pessoas vítimas de violência homofóbica e transfóbica para cada cem mil habitantes, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 0,6 e máximo 33,5. A média é 6,15, a mediana 4,4 e o desvio padrão 5,8.
- **Deslocamentos médio para denúncias de violência contra mulher:** A variável “Deslocamento médio para denúncias de violência contra mulher” se refere ao deslocamento médio (km) de mulheres vítimas de violência (todas as categorias) por distrito. A amplitude indica como valor mínimo 1,5 km e máximo 22,2 km. A média é 6,8 km, a mediana 5,7 e o desvio padrão 4,2.
- **Feminicídio:** A variável “Feminicídio” se refere ao coeficiente de mulheres vítimas de feminicídio, para cada dez mil mulheres residentes de 20 a 59 anos, por distrito. A amplitude indica como valor mínimo é 0 e o máximo 7,5. A média é 0,8, a mediana 0,6 e o desvio padrão 0,9.

3.2.2 Análise dos distritos mais discrepantes no quesito desigualdade

Considerando dados disponibilizados pelo Mapa de Desigualdade da cidade de São Paulo de 2022, pode-se observar quantas vezes determinado distrito aparece entre os melhores ou piores índices. Para fins comparativos com os distritos analisados de acordo com a participação no Orçamento Cidadão, apresenta-se aqui os índices do distrito que apareceu mais vezes entre os melhores, Pinheiros, com

quantidade de 14, e os índices do distrito que apareceu mais vezes entre os piores: Marsilac, tendo aparecido 17 vezes.

3.2.2.1 Pinheiros

Pinheiros, localizado na zona oeste de São Paulo, se localiza abaixo da média na quantidade de pessoas em situação de rua: 273, e está entre os melhores na quantidade de favelas, o menor número exceto os zeros: 0,1%. Também está entre os melhores no quesito mortes no trânsito, com 4,6 a cada cem mil residentes, e possui o menor tempo de deslocamento por transporte público: 25 minutos. Está entre os melhores distritos no acesso a infraestrutura cicloviária, da mesma forma, com 76,1% da população com acesso a esta em até 300 metros, e é o quarto em acesso à internet móvel: 30,41 antenas para cada dez mil habitantes. É o sexto em oferta de emprego formal, com 20 empregos para dez pessoas, e o segundo melhor no quesito gravidez na adolescência: 0,6% dos nascidos.

A idade média ao morrer está entre as 5 maiores: 78,85 anos, e a mortalidade materna é zerada. É o quinto distrito com menor mortalidade infantil: 1,9% dos nascidos vivos, e o tempo médio para consultas na atenção básica também está entre os menores: 14 dias. A mortalidade por covid-19 é a oitava menor: 18% dos óbitos, e o abandono escolar também está entre os menores: 0,6% dos alunos. Não possui nenhum espaço de cultura, e é o quarto pior em violência racial: 8,51 a cada dez mil habitantes, enquanto se localiza entre os melhores na violência contra a mulher: 210,9 para cada dez mil mulheres. A violência LGBTQIAP+ faz o distrito cair bastante sua posição: é o 11º pior, com 15,2 vítimas para cada cem mil habitantes. Está ao redor da média no deslocamento médio para denúncias de violência contra a mulher, de 5,2 km, e na mesma posição para feminicídios: 0,5 morte a cada dez mil mulheres.

3.2.2.2 Marsilac

Marsilac, um distrito da zona sul, não possui índices para população em situação de rua, e está entre os que menos possuem favelas: 2,6% dos domicílios. É o melhor distrito no quesito mortes no trânsito: é o único com essa taxa zerada, e possui o pior tempo médio de deslocamento por transporte público: 73 minutos. Também é o pior possível no quesito acesso à infraestrutura cicloviária: nenhum residente tem acesso à esta num raio de até 300 metros. O acesso à internet

móvel está na média, com 4,73 de antenas para cada dez mil habitantes, posição semelhante ao índice de oferta de emprego formal: 6,4 para cada 10 pessoas. Está entre os piores na taxa de gravidez na adolescência, com 9,6%, e uma das expectativas de vida mais baixas da cidade: 61,6 anos.

Possui mortalidade materna zerada, e a sétima pior mortalidade infantil: 13,7 mortes para cada mil crianças. É o terceiro melhor para agendamento de consultas: são quatro dias de espera no distrito, e possui o melhor índice de mortalidades em decorrência do covid-19: 16,4% dos óbitos. Não possui dados de abandono escolar, nem nenhum centro ou espaço cultural. Possui coeficiente zero de violência racial, entre os quatro únicos. Também entre os melhores em violência contra a mulher, quinto colocado com 164,9 mortes vítimas para cada dez mil pessoas. Por sua vez, entre os piores em violência LGBTQIAP+: 11,8 vítimas para cada cem mil habitantes. O deslocamento para denúncias de violência contra a mulher é o sexto pior, de 13,8 km, e a taxa de feminicídio o coloca novamente entre os melhores: zero.

3.2.3 Análise de correlação

Com o propósito de verificar variáveis que poderiam estar correlacionadas, calculou-se o coeficiente de correlação de Pearson, cujo valor varia entre -1 e 1, para cada par existente de variáveis. Em seguida, um gráfico foi gerado (figura 1), evidenciando unicamente os pares de variáveis cuja correlação foi inferior a -0,7 ou superior a 0,7, valores considerados altos na análise.

De forma geral, foi possível verificar algumas correlações, a exemplo: “População preta e parda” estava correlacionada negativamente com “Idade média ao morrer”, assim como “População infantil” e “População jovem”; “Acesso internet - Mapeamento das antenas” estava correlacionada positivamente com “Oferta de emprego formal”; e “Idade média ao morrer” estava correlacionada negativamente com “Gravidez na adolescência”.

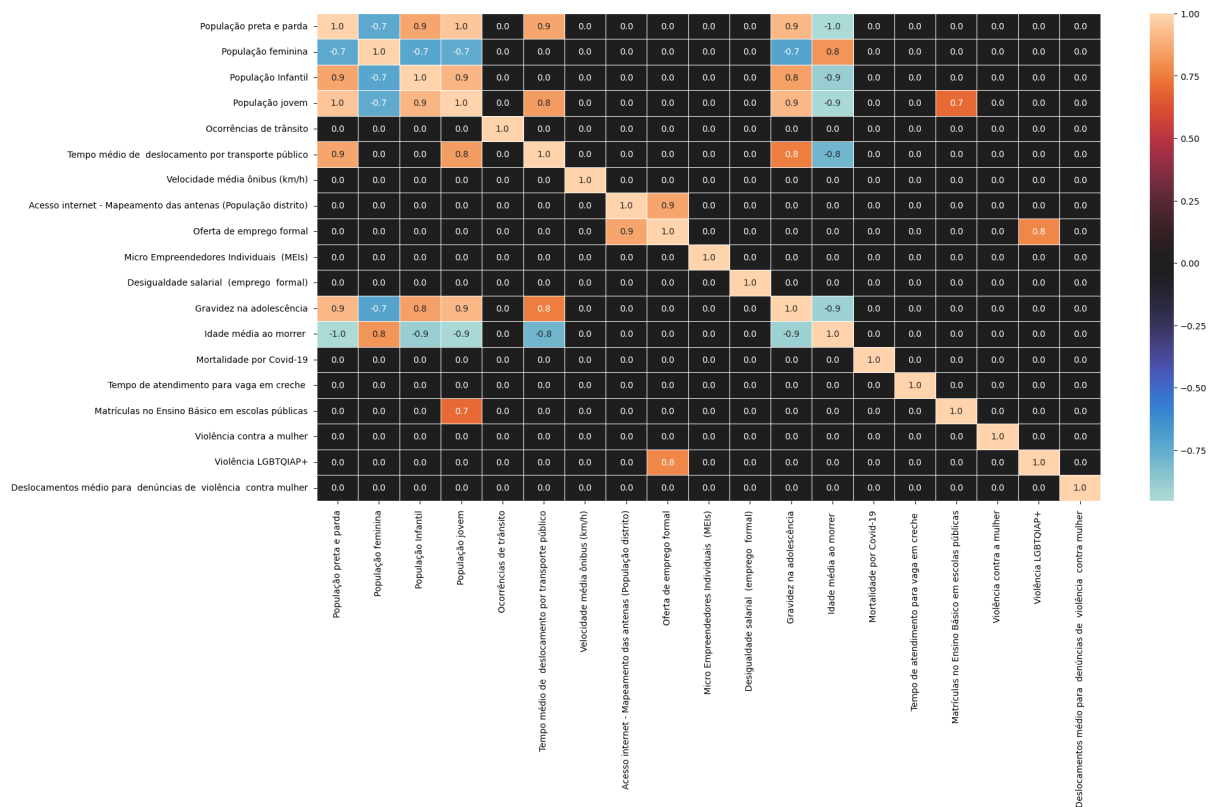


Figura 1: Análise das correlações fortes entre as variáveis do Mapa da Desigualdade 2022.

3.3 Análise do Orçamento Cidadão 2022

A análise detalhada dos dados do Orçamento Cidadão do Participe+ referentes ao ano de 2022 foi efetuada em um Jupyter Notebook - um ambiente de programação interativo que permite criar e compartilhar documentos que contêm código, texto explicativo, gráficos e outros elementos - , utilizando a linguagem de programação Python e as bibliotecas Pandas, Numpy, Matplotlib e Seaborn, disponíveis na linguagem. Neste contexto, objetivou-se a extração de informações sobre as propostas e a distribuição da participação da população nas subprefeituras.

Inicialmente, foi feita uma visualização inicial dos dados para a compreensão de sua estrutura. Para isso, o arquivo .csv disponibilizado pelo Participe+ foi lido e verificou-se que o conjunto de dados possui 27 colunas referentes a cada proposta. Dentre as colunas disponíveis, destacam-se: “Subprefeitura”, que indica a subprefeitura associada à proposta; “Categoria”, que descreve sua área temática; “Votos”, que contém o número de votos recebidos; e “Viabilidade”, útil para avaliar seu status. Colunas não pertinentes à análise, como “Data de criação” e “Autor”, foram removidas, a fim de permitir o foco nas informações mais relevantes.

Em seguida, foram realizadas análises de estatísticas descritivas para as colunas numéricas, com foco na coluna Votos. Identificou-se que a média de votos para as propostas foi de aproximadamente 7,84, com um desvio padrão de 38,17. Foi verificada uma ampla variação no número de votos, que variou de 0 a 1072, o que revela a existência tanto de propostas com grande popularidade quanto de menor engajamento por parte da população no conjunto de dados.

Ao contabilizar o número total de propostas no conjunto, constatou-se que havia um total de 3129 propostas. Dessas, apenas 161 propostas foram eleitas, o que representa aproximadamente 5,15% do total. Tendo como base as propostas eleitas, realizou-se uma análise de viabilidade e identificou-se que 84 propostas foram consideradas viáveis, o que corresponde a aproximadamente 52,17% das eleitas e 2,68% do total de propostas enviadas. Vê-se, portanto, que há uma discrepância entre as demandas da população e a viabilidade de implementação sendo considerada (figura 2). Entretanto, seria necessário um maior aprofundamento nos pareceres orçamentários e jurídicos para a realização de uma análise mais aprofundada.

Em seguida, foi efetuada uma análise geral das propostas submetidas por subprefeitura. O número de subprefeituras únicas presentes no conjunto de

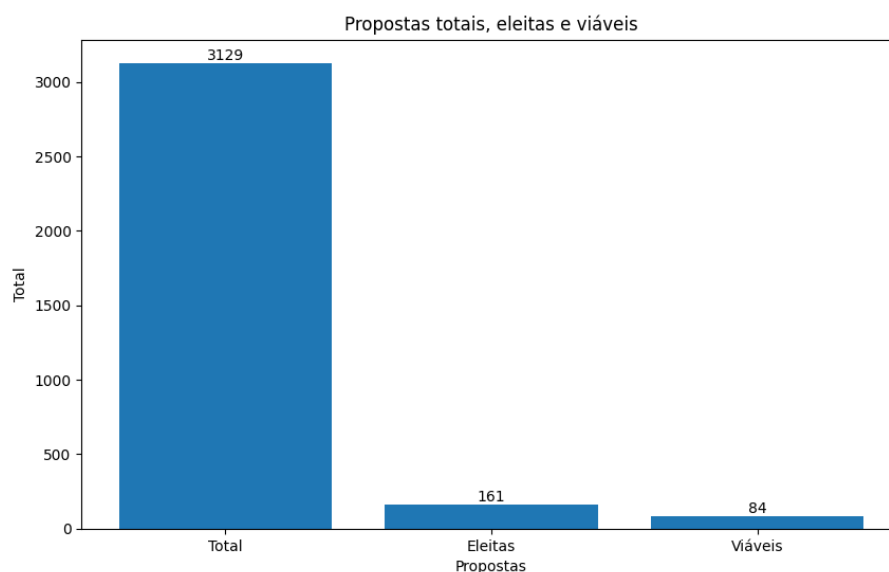


Figura 2: Comparação entre o total de propostas submetidas no Orçamento Participativo de 2022 com as propostas eleitas e consideradas viáveis.

dados é 32. Observou-se que as subprefeituras com maior número de propostas foram São Mateus (206), Casa Verde (203) e Butantã (183), enquanto as com menor número de propostas foram Vila Prudente (40), Guaianases (49) e Santana/Tucuruvi (51). O resultado da análise se encontra na figura 3.

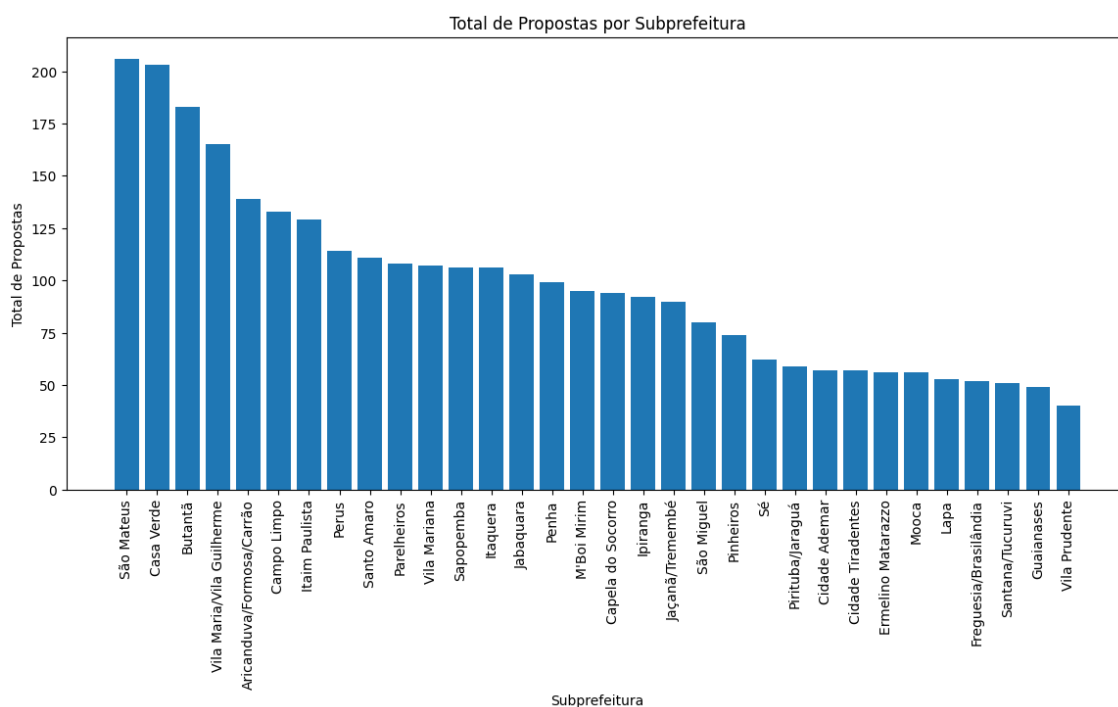


Figura 3: Total de propostas submetidas para cada subprefeitura.

Em seguida, verificou-se qual categoria de demanda era mais predominante em cada subprefeitura e um gráfico foi gerado. Observou-se que 28,1% das subprefeituras tiveram como categoria predominante *Zeladoria Urbana e Melhorias de Bairro*, seguida por 21,9% de *Saúde* e 15,6% de *Segurança Alimentar* (figura 4). Ao analisar o gráfico de categoria de demanda em relação ao total de propostas, um resultado semelhante é obtido, porém outras categorias são incluídas no gráfico, como *Segurança Urbana e Habitação*, o que permite a compreensão das outras categorias presentes nas propostas (figura 5).

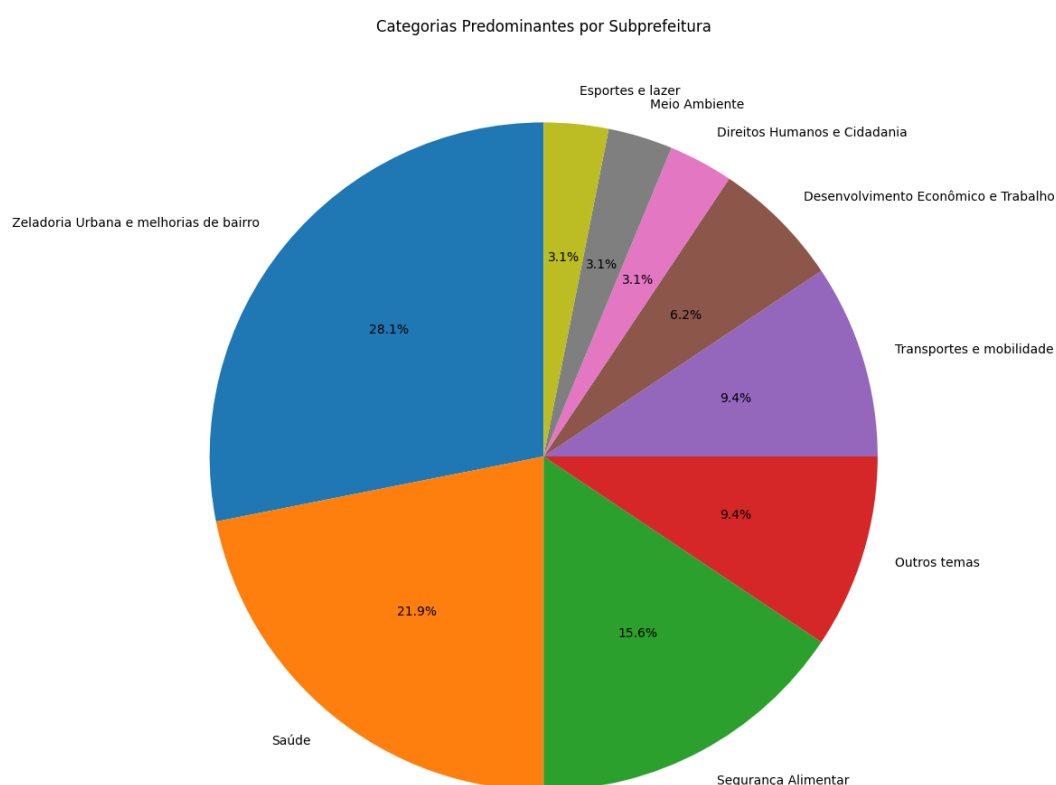


Figura 4: Categorias de propostas predominantes ao considerar cada subprefeitura.

Para efetuar análises referentes ao número de propostas submetidas em relação ao total da população em cada subprefeitura, dados de 2022 sobre população e densidade demográfica referentes às subprefeituras foram incluídos no Jupyter Notebook. Os dados foram extraídos do site da Prefeitura de São Paulo. Os gráficos das figuras 6 e 7 foram gerados, os quais exibem o número de propostas submetidas para cada subprefeitura, com as barras ordenadas por população total e densidade demográfica, respectivamente. Os gráficos enfatizam a ideia de que

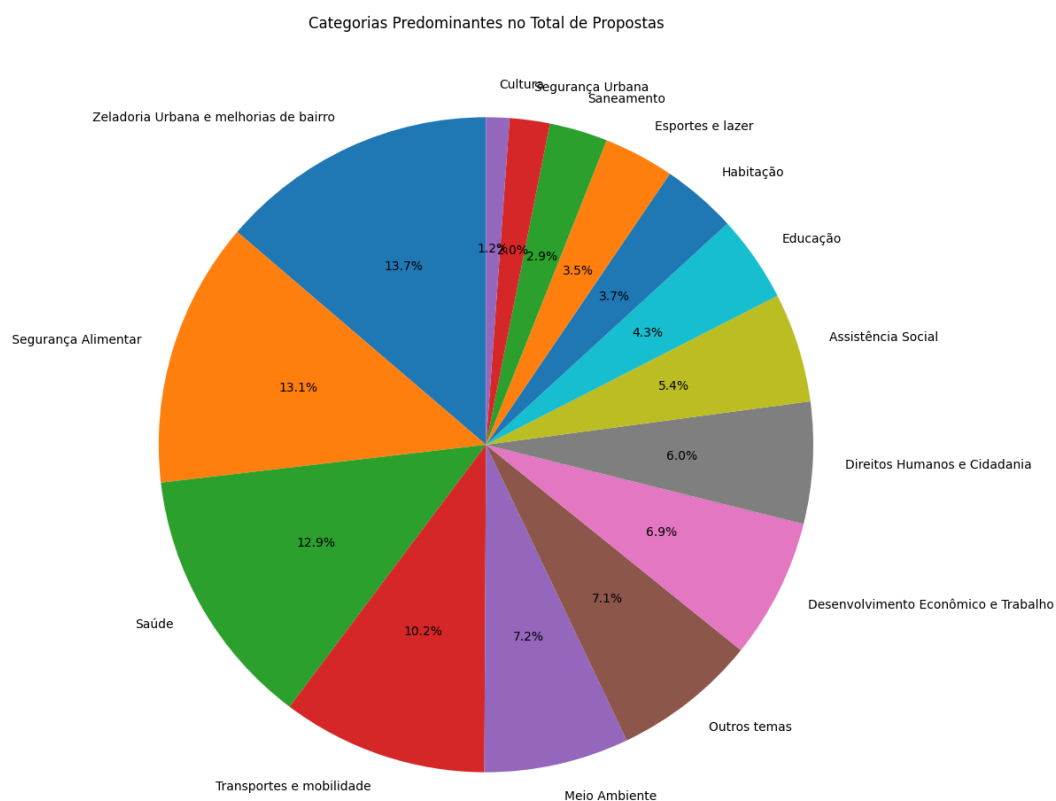


Figura 5: Categorias de propostas predominantes ao considerar o total de propostas.

não há uma relação direta entre o número de propostas submetidas e essas duas variáveis.

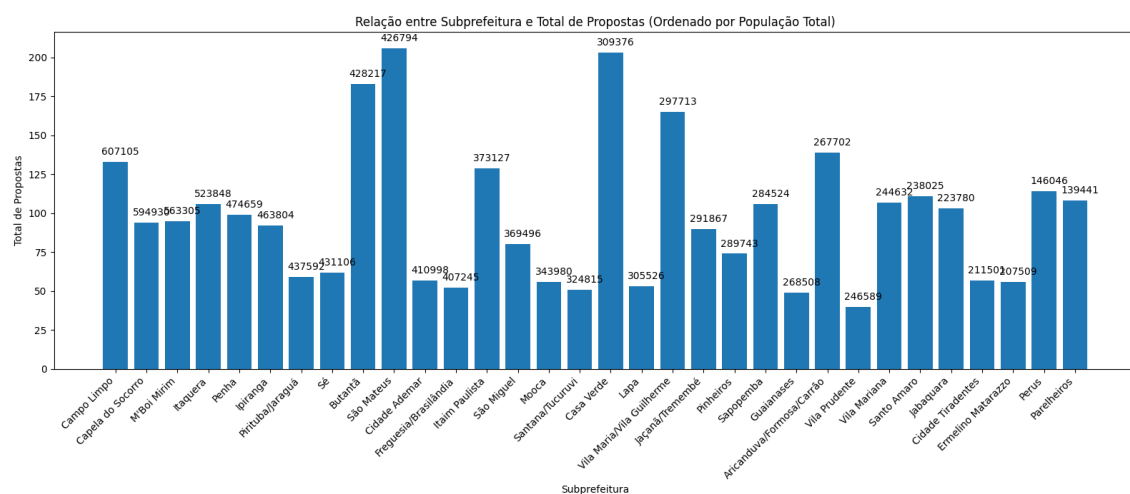


Figura 6: Total de propostas submetidas para cada subprefeitura, ordenado pela população total de cada subprefeitura.

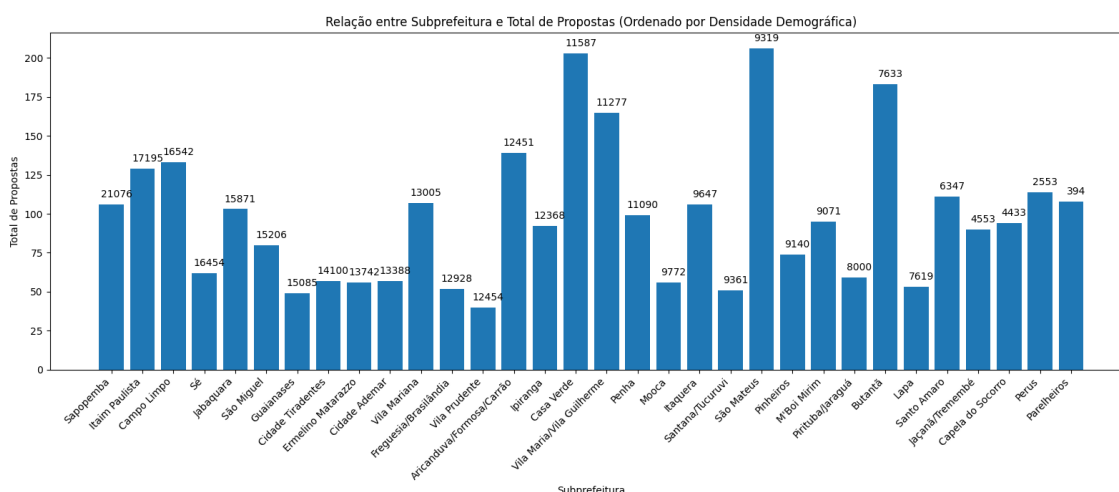


Figura 7: Total de propostas submetidas para cada subprefeitura, ordenado pela densidade demográfica de cada subprefeitura.

Ao calcular a proporção de propostas submetidas por habitante em cada subprefeitura, os resultados revelam diferenças significativas entre as regiões. As subprefeituras Perus, Parelheiros e Casa Verde mostram as maiores proporções de participação, enquanto Cidade Ademar, Pirituba/Jaraguá e Freguesia/Brasilândia revelam as menores.

A correlação entre o total de propostas e a população total em cada subprefeitura foi calculada, resultando em um valor de aproximadamente 0,11. O mesmo foi feito para o total de propostas e a densidade demográfica em cada subprefeitura, resultando em aproximadamente -0,09. Dado que esse coeficiente varia entre -1 e 1, há um indicativo de que o número de propostas submetidas não está diretamente relacionado ao tamanho da população ou densidade de cada região, sugerindo que outros fatores possam desempenhar um papel importante.

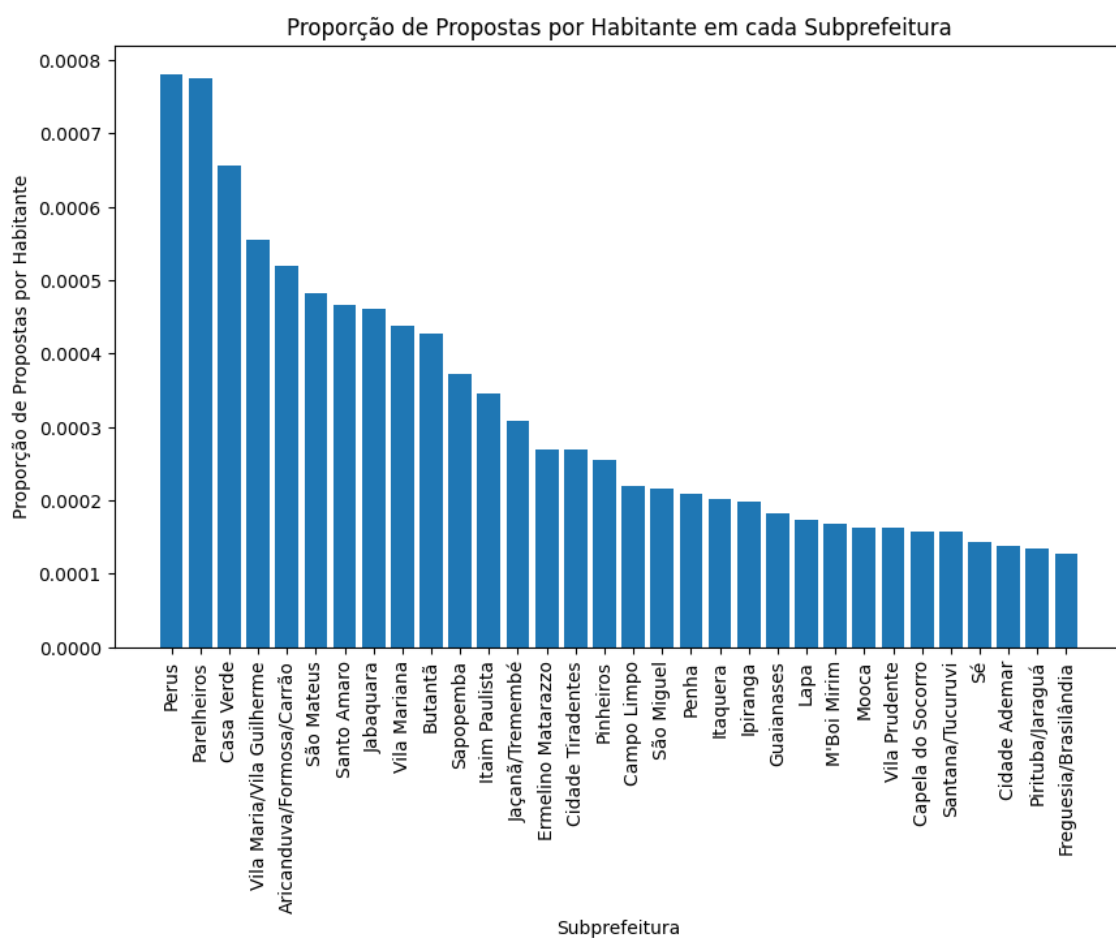


Figura 8: Proporção de propostas submetidas por habitante em cada subprefeitura.

3.4 Análise conjunta do Mapa da Desigualdade e Orçamento Cidadão 2022

3.4.1 Análise das subprefeituras mais participativas

Partindo da análise da proporção de propostas submetidas por habitante em cada subprefeitura, apresentada na seção 3.3, visou-se observar em maior profundidade a realidade das três subprefeituras com maiores e menores métricas de participação de forma quantitativa e qualitativa. A tentativa foi de investigar a subprefeitura no que tange os indicadores do Mapa da Desigualdade, além de observar no que as propostas enviadas se diferem - quantas propostas foram feitas, quais categorias de demanda foram mais frequentes e quantas foram consideradas viáveis. Vale destacar que as categorias das propostas e dos indicadores do mapa da desigualdade não são necessariamente idênticas, com propostas descritas em uma determinada que podem se relacionar com mais de um tipo de indicador de desigualdade. Como por exemplo uma proposta de saneamento que pode se relacionar com saúde, meio ambiente e habitação.

Conforme apresentado, as subprefeituras Perus, Parelheiros e Casa Verde mostraram as maiores proporções de participação, enquanto Cidade Ademar, Pirituba/Jaraguá e Freguesia/Brasilândia revelaram as menores.

3.4.1.1 Perus

A subprefeitura de Perus ficou posicionada em primeiro lugar, possuindo a maior proporção de propostas submetidas no Orçamento Participativo por cidadão. No que tange seus distritos, é composta por Anhanguera e Perus. Avaliando a população total de ambos, de acordo com os dados demográficos disponibilizados pela prefeitura, tem-se que, em 2010, Perus contava com mais de 80 mil habitantes, superando Anhangueras, que contava com 65 mil. Por essa razão, Perus foi o distrito escolhido a ser analisado dentro da subprefeitura em questão.

Perus é um distrito da Zona Norte de São Paulo, que possui 118 pessoas em situação de rua, se enquadrando ao redor da metade da base completa de distritos, por volta de 180 unidades abaixo da média. Possui uma alta quantidade de favelas, com proporção de 10,5 com relação ao total de domicílios, fazendo fronteira com os piores indicativos. Divide posição parecida com os distritos com os piores índices de mortes no trânsito, tendo coeficiente 9 de mortes para cada

mil habitantes, 6 pontos acima do Plano de Segurança Viária para 2028, com meta de redução para 3 anos até 2028. Está entre os quatro piores distritos no que se refere a tempo de deslocamento por transporte público, com valor de 64 minutos, mais de 20 minutos acima da média dos distritos selecionados. Encontra-se com o menor valor possível de acesso à infraestrutura cicloviária: zero. Possui distribuição de 2 antenas para cada dez mil habitantes, demarcando-se novamente abaixo da média que, por si só, já é ínfima. Também possui uma das piores taxas de oferta de emprego formal, com 0,8 a cada 10 habitantes.

Conta com uma alta taxa de gravidez na adolescência em relação aos demais distritos, com 9,3% de bebês nascidos de mães abaixo dos 20 anos, e com baixa expectativa de vida, de 64 anos, mais de 15 anos abaixo do distrito com melhor indicativo. Com a segunda pior taxa de mortalidade materna, Perus conta com uma razão de 196 mortes, e razão de 5,4 em mortalidade infantil e conta com 17 dias de tempo médio para consultas na atenção básica, estando, nestes critérios, entre a metade dos dados correspondente aos melhores índices. Em mortalidade para covid-19, Perus se destaca com 30% do total de óbitos de 2021 no distrito, o segundo pior índice. Possui um valor mediano para o abandono escolar, com proporção de 0,8% alunos, e nenhum centro ou espaço cultural. Os índices de violências raciais mantêm-se na média em relação aos demais distritos, com coeficiente de 2,1 para cada dez mil pessoas. Os índices para violência contra pessoas LGBTQIAP+ também estão na média, com coeficiente de 4,4 para cada dez mil pessoas. Os índices para violência contra a mulher, por sua vez, são altíssimos, com coeficiente de 319,6 para cada dez mil habitantes, o décimo pior entre os 96 distritos. O tempo médio de deslocamento em casos de denúncia contra a mulher é de 2,9 km, considerado um dos distritos com menores números no critério. A oitava pior posição nos índices de feminicídio também é do distrito em questão, com coeficiente 1,8.

Analisando os dados do Orçamento Participativo de 2022 para a subprefeitura de Perus, tem-se o apresentado na tabela 2, além das figuras 9 e 10. No total, 6 propostas foram eleitas, das quais 4 foram consideradas viáveis. Nota-se que as duas categorias de proposta mais requisitadas pela população foram “Saúde” e “Transportes e mobilidade”. Não obstante, juntas, contemplam as seis propostas mais votadas. Esta é uma realidade bastante verossímil, pois o distrito de Perus, conforme apresentado, mostra um déficit em relação ao resto da cidade nos parâmetros de “Saúde” (Mortalidade por covid) e “Transportes e mobilidade” (Tempo médio de deslocamento e mortes no trânsito). Ademais, o distrito lida

com um déficit em relação aos demais distritos da cidade em questões salariais, o que é explicitamente relacionável com os problemas que apresenta associados à transporte e saúde.

Título da proposta	Categoria	Votos	Viabilidade
Reconstrução da ponte que passa sobre o córrego buracão no Bairro Sol Nascente	Transportes e mobilidade	90	Viável
Implantação de um Hospital e Maternidade Municipal Perus e Distrito Anhanguera	Saúde	86	Inviável
Implantação de 3ª Faixa na Estrada de Ligação Chica Luisa, e dentre outras	Transportes e mobilidade	86	Viável
Construção da UBS Jardim Jaraguá, e dentre outras	Saúde	61	Inviável
Reforma no Terminal Britânia - Anhanguera	Transportes e mobilidade	45	Viável
Aumentar as equipes de ESF (Estratégia Saúde da Família) em Perus e Anhanguera	Saúde	45	Viável

Tabela 2: Propostas eleitas para a subprefeitura de Perus.

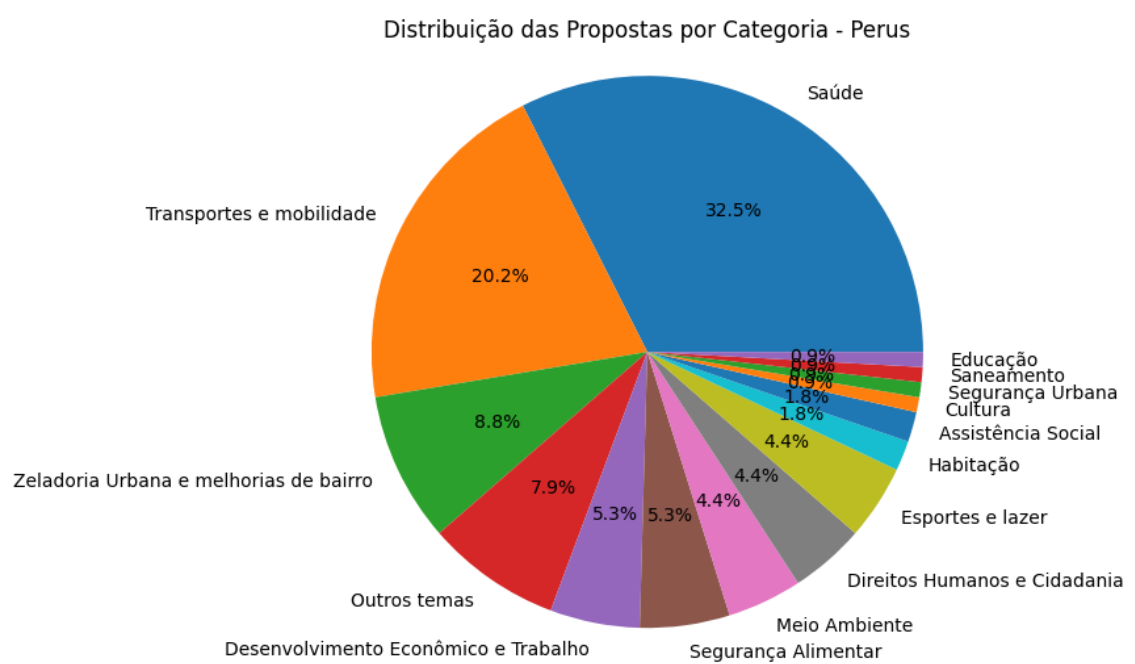


Figura 9: Distribuição das propostas submetidas por categoria para a subprefeitura de Perus.

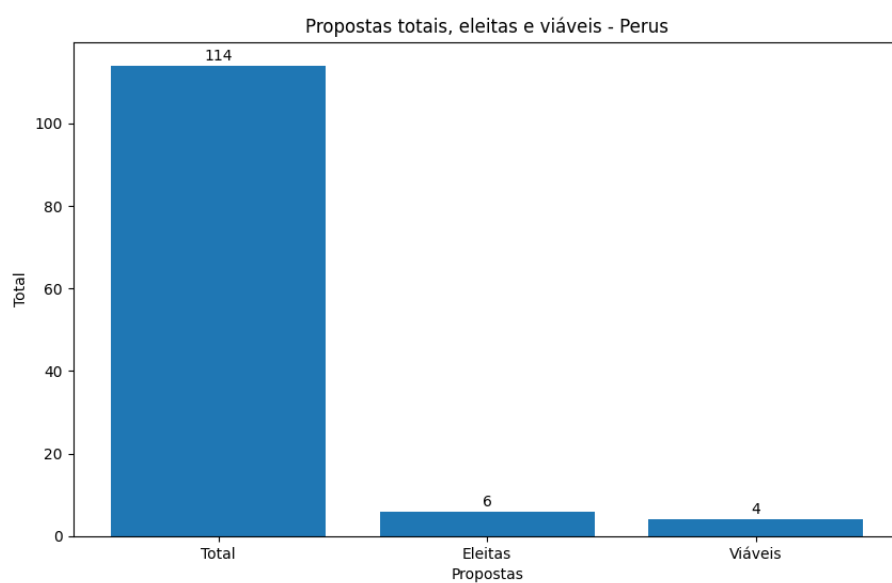


Figura 10: Comparação entre o total de propostas submetidas com as propostas eleitas e consideradas viáveis para a subprefeitura de Perus.

3.4.1.2 Parelheiros

A subprefeitura de Parelheiros ficou posicionada em segundo lugar entre as maiores proporções de propostas submetidas no Orçamento Participativo por cidadão. No que tange seus distritos, é composta por Parelheiros e Marsilac. O distrito escolhido, dentro da subprefeitura, para análise de dados de acordo com o Mapa da Desigualdade foi Parelheiros, que contava em 2010 com uma população de 131 mil pessoas, superando em mais de 10 vezes a população de Marsilac com 8 mil. Esta escolha inicial foi feita com base nos dados demográficos das subprefeituras disponibilizados pela prefeitura de São Paulo.

Localizado na zona sul, Parelheiros possui um dos índices mais baixos de população em situação de rua, com 40 pessoas, ainda 39 pessoas abaixo do distrito com melhor índice. Possui 8,1% dos domicílios situados em favelas, e se situa na média com relação ao número de mortes no trânsito, com coeficiente de 6,5 mortes para cada 100 mil habitantes. Possui o terceiro pior valor para tempo de deslocamento por transporte público, contando com 66 minutos, e um dos piores para acesso à infraestrutura cicloviária, com 9,7% da população que está proporcionalmente até 300 metros de distância de uma ciclovía ou ciclofaixa. Está na oitava pior posição no índice acerca do acesso à internet móvel, com menos de uma antena e meia para cada dez mil habitantes, e ocupa a exata mesma posição para oferta de emprego formal, com 0,6 oferta para cada dez habitantes.

Ocupa a nona pior posição nos índices para gravidez na adolescência, com 11,6% dos nascidos sendo filhos de mães com menos de 20 anos, e também está entre os distritos com as expectativas de vida mais baixas, de 61,9 anos. Mantém-se um pouco abaixo da média em relação aos demais distritos, com razão de 79, em mortalidade materna e infantil, esse segundo com coeficiente de 10,9 para cada mil nascidos vivos. Está entre as melhores taxas de tempo médio para consultas na atenção básica, com valor de 10 dias. Além disso, cerca de 22,8% dos óbitos do distrito se deram em consequência do covid, sendo essa uma das taxas mais baixas em relação aos demais. Possui uma das taxas mais baixas de abandono escolar, com 0,7% de alunos, e um dos maiores índices de proporções para espaços culturais, contando com o valor de 0,13%.

Também está entre as taxas mais baixas para violência racial, com coeficiente de 0,51 para cada dez mil habitantes, e se encontra com índices ao redor da média em violência contra a mulher, com coeficiente de 249 para os mesmos parâmetros. Em relação a violência LGBTQIAP+, é o distrito com a segunda taxa mais baixa,

com 0,6% de proporção para os mesmos termos. É o terceiro pior distrito em tempo de deslocamento médio para denúncias de violência contra a mulher, com distância média de 15 km, e Parelheiros está entre os piores índices relativos a feminicídio, com 1,5 de coeficiente para cada dez mil habitantes.

Analisando os dados do Orçamento Participativo de 2022 para a subprefeitura de Parelheiros, tem-se o apresentado na tabela 3, além das figuras 11 e 12. No total, 5 propostas foram eleitas, das quais apenas 1 foi considerada viável, sendo essa uma proposta de pavimentação. Percebe-se inicialmente uma discrepância entre os desejos da população e o atendimento governamental, uma vez que, ao analisar o gráfico de setores ilustrado, 44,4% das propostas da população são exclusivamente enquadradas na categoria “Segurança Alimentar“, mas nenhuma delas sequer foi eleita. No geral, embora esta subprefeitura seja a segunda maior em número de propostas por habitante, seus distritos apresentam alguns dos piores índices presentes no Mapa da Desigualdade. Ambas as características em conjuntos podem ser explicadas ao traçar um paralelo entre o fato de que a subprefeitura é relativa a uma área periférica da cidade de São Paulo que carece de diversos recursos e de que apenas uma das propostas feitas no Participe+ pelo subdistrito foi considerada viável.

Título da proposta	Categoria	Votos	Viabilidade
Criação de mais áreas de lazer em toda a região	Esportes e lazer	32	Inviável
Pavimentação de ruas e melhorias gerais na Chácara Progresso	Zeladoria Urbana e melhorias de bairro	28	Viável
Criação de moradias populares na região do Jardim Progresso	Habitação	28	Inviável
Continuidade das obras da Elevatória 2 no Jardim Progresso	Saneamento	25	Inviável
Mais iluminação, pavimentação e melhorias no transporte público em toda a região	Transportes e mobilidade	19	Inviável

Tabela 3: Propostas eleitas para a subprefeitura de Parelheiros.

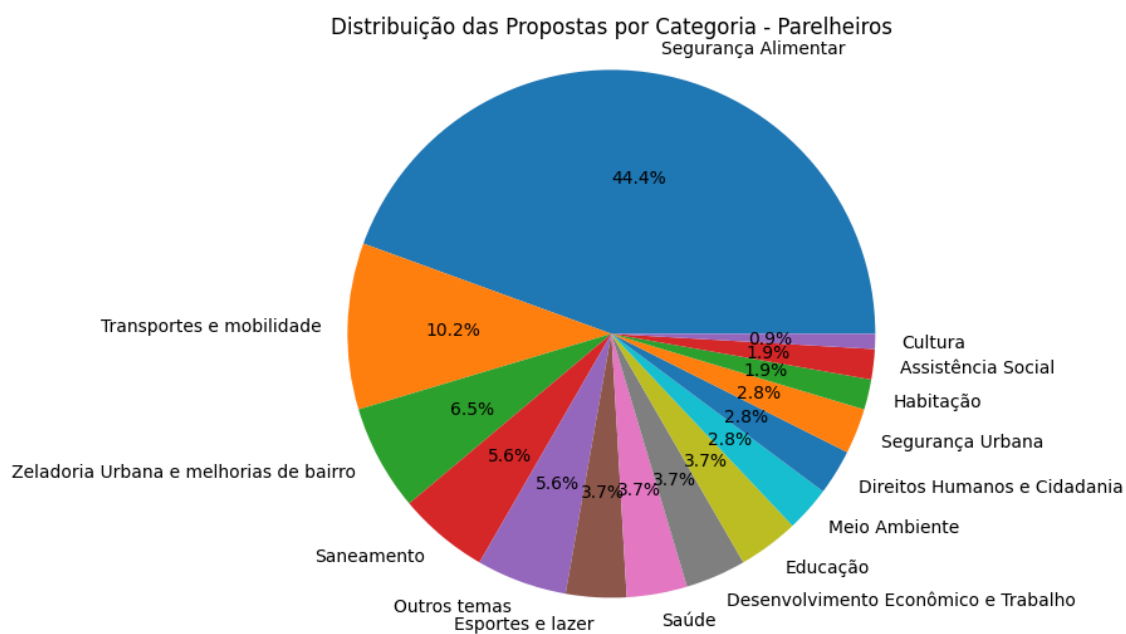


Figura 11: Distribuição das propostas submetidas por categoria para a subprefeitura de Parelheiros.

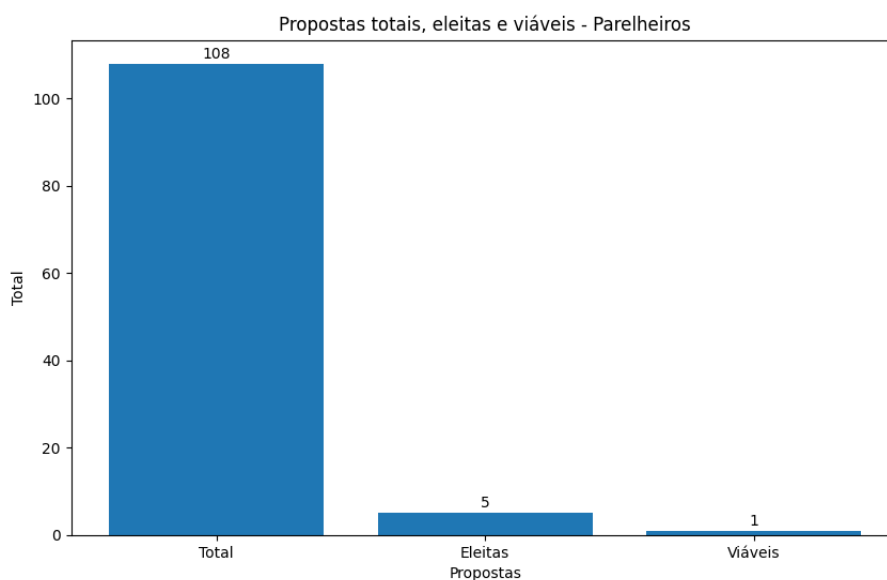


Figura 12: Comparação entre o total de propostas submetidas com as propostas eleitas e consideradas viáveis para a subprefeitura de Parelheiros.

3.4.1.3 Casa Verde

A subprefeitura de Casa Verde ficou posicionada em terceiro lugar entre as maiores proporções de propostas submetidas no Orçamento Participativo por cidadão. No que tange seus distritos, é composta por Casa Verde, Cachoeirinha e Limão. Dentre esses três distritos, o escolhido para análise de índices contidos no Mapa da Desigualdade foi Cachoeirinha, com 143 mil habitantes em 2010, superando Casa Verde e Limão, que contavam com 85 e 80 mil habitantes, na época. A medição desse critério foi feita a partir dos dados demográficos disponibilizados pela prefeitura de São Paulo.

Distrito da zona norte, Cachoeirinha está entre os distritos medianos no que se refere aos índices de população em situação de rua, com 126 pessoas sem casa, e o nono distrito com maior número de favelas, com 20% dos domicílios sendo classificados dessa forma. O distrito se encontra entre aqueles com melhores índices no que tange aos índices de mortes no trânsito, com 3,4 mortes para cada cem mil habitantes, e ocupa posição mediana no índice de tempo médio de deslocamento por transporte público, contando com valor de 46 minutos. Também está entre os medianos no acesso a infraestrutura cicloviária, com 35% da população vivendo até 300 metros de ciclovias, e entre os com piores índices no acesso à internet, com 2,25 antenas para cada dez mil habitantes. Também possui um dos índices mais baixos de ofertas de emprego formal em relação aos demais distritos, com taxa de 1 emprego para cada dez pessoas, e ocupa a mesma posição para gravidez na adolescência, com mais de 9% dos nascidos vivos sendo de mães adolescentes. A expectativa de vida está entre os valores mais baixos, com 63,7 anos sendo a idade média ao morrer, e uma razão de mortalidade materna de 63,7, um valor que se configura na média em relação aos demais distritos. Encontra-se entre os valores mais críticos, entretanto, com relação à taxa de mortalidade infantil, com 12,4 mortes a cada mil crianças nascidas vivas.

O tempo médio para consultas na atenção básica se situa acima da média, com 26 dias de espera, e se encontra com os índices mais alarmantes no indicativo de mortes para covid, com 26,9% de óbitos sendo em decorrência da doença. Posiciona-se ao redor da média na taxa de abandono escolar, com 0,8% dos alunos, proporção de 0,07% de centros culturais, colocando-se como um dos distritos com taxa mais alta para este critério, e possui um dos índices menos críticos em relação aos demais distritos quanto à violência racial, com 0,48 vítimas para cada mil habitantes, e violência contra a mulher, com 212 vítimas para os mesmos

parâmetros. Situa-se ao redor da média nos índices de violência LGBTQIAP+, com 4,1 vítimas para os mesmos parâmetros, e possui uma distância mediana considerando os demais distritos no que tange a deslocamento para denúncias de violências contra a mulher, com 5,7 km de distância. Além disso, possui taxa também mediana sob os mesmos critérios de 0,7 feminicídios a cada dez mil mulheres.

Analisando os dados do Orçamento Participativo de 2022 para a subprefeitura de Casa Verde, tem-se o apresentado na tabela 4, além das figuras 13 e 14. No total, 5 propostas foram eleitas e apenas 1 foi aceita, sendo essa uma proposta na área da saúde, que propõe e objetiva a criação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e uma Unidade de Saúde da Família (USF). Além disso, quase 50% das propostas realizadas abrangem as categorias saúde, assistência social e habitação. Não obstante, dentre as dez propostas mais votadas, quatro estão associadas a pelo menos uma dessas categorias. A partir deste cenário, percebe-se a compatibilidade destes dados com os extraídos no Mapa da Desigualdade ao considerar, por exemplo, a realidade crítica em que o distrito de Cachoeirinha se encontra no que tange a população em situação de rua, baixa oferta de emprego e tempo para consultas na atenção básica.

Título da proposta	Categoria	Votos	Viabilidade
UBS e USF na região do Peri Alto	Saúde	82	Viável
Conselho Tutelar específico para o Distrito da Cachoeirinha	Direitos Humanos e Cidadania	64	Inviável
SASF e Proteção Social Básica a Domicílio para região do Boi Malhado	Assistência Social	60	Inviável
Criação da UPA de Vila Nova Cachoeirinha	Saúde	59	Inviável
Urbanização e Regularização Fundiária das Comunidades Futuro Melhor e Sapo	Habitação	54	Inviável

Tabela 4: Propostas eleitas para a subprefeitura de Casa Verde.

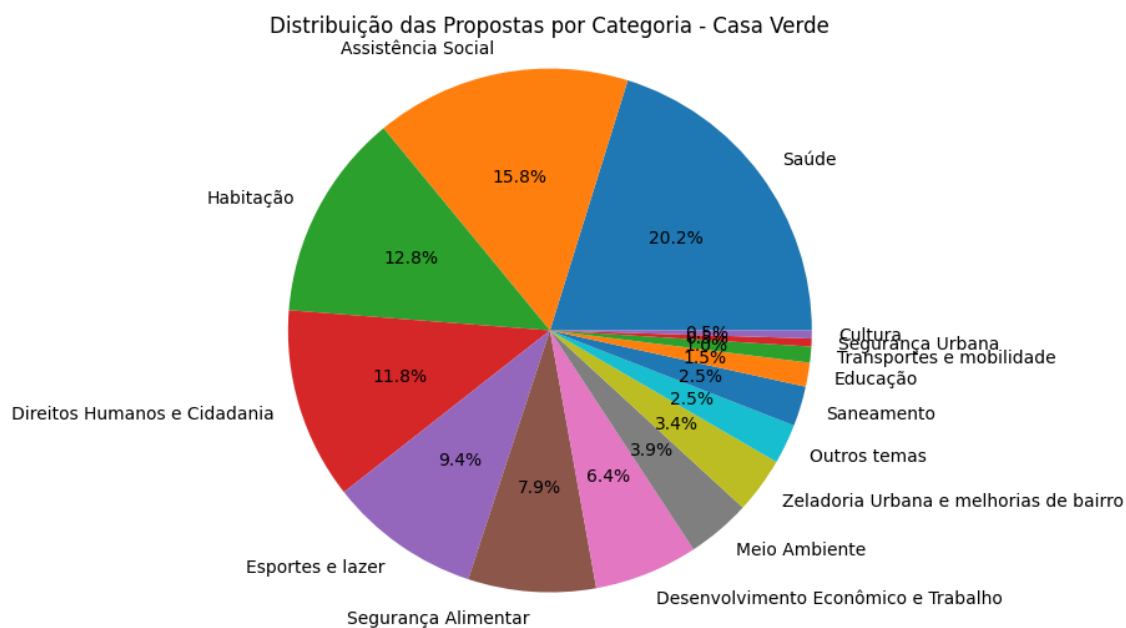


Figura 13: Distribuição das propostas submetidas por categoria para a subprefeitura de Casa Verde.

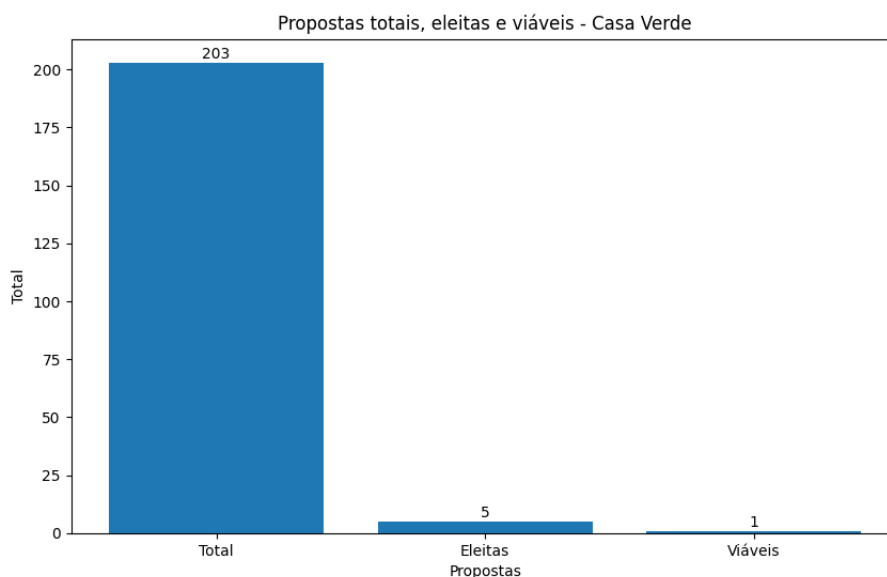


Figura 14: Comparação entre o total de propostas submetidas com as propostas eleitas e consideradas viáveis para a subprefeitura de Casa Verde.

3.4.2 Análise das subprefeituras menos participativas

3.4.2.1 Freguesia/Brasilândia

A subprefeitura de Freguesia/Brasilândia ficou posicionada em primeiro lugar entre as subprefeituras com a menor proporção de propostas submetidas no Orçamento Participativo por cidadão. No que tange seus distritos, é composta por Freguesia do Ó e Brasilândia.

Analizando os dados demográficos dos distritos pertencentes a essa subprefeitura, tem-se que o distrito Brasilândia possui maior população com relação à Freguesia do Ó, tendo o primeiro mais de 264 mil habitantes em 2010, e o segundo 142 mil habitantes. Assim, o distrito escolhido para analisar a subprefeitura a partir dos dados do Mapa da Desigualdade foi o denominado por Brasilândia.

Brasilândia, distrito pertencente à zona norte da cidade de São Paulo, está entre os distritos com os menores índices para população de rua, com 64 pessoas vivendo nessas condições, e possui a segunda maior taxa de número de favelas, sendo 25,1% dos domicílios residentes nessas áreas. Encontra-se com valores favoráveis no que se refere a mortes no trânsito, sendo o coeficiente 4,6 para cada 100 mil habitantes, e com os valores mais altos no que se refere ao índice de tempo médio de deslocamento por transporte público, sendo este 50 minutos. No acesso a infraestrutura ciclovária, está entre os valores mais baixos, com 25,1% da população vivendo até 300 metros de ciclovias, e encontra-se entre os com piores índices no acesso à internet, estando disponível 1,87 antenna para cada 10 mil habitantes. É o quarto distrito com índice mais baixo de ofertas de emprego formal, com taxa de 0,5 emprego para cada dez pessoas, e no critério de porcentagem de nascidos vivos sendo filhos de mães adolescentes, ocupa a segunda pior posição, tendo como valor 12,5%. A idade média ao morrer está entre os distritos com valores mais baixos, sendo a expectativa de vida de 62,8 anos, e a razão de mortalidade materna encontrando-se abaixo da média com relação aos outros distritos computados, de 69,4. Também encontra-se entre os valores mais altos para mortalidade infantil, com 11,4 mortes a cada mil crianças nascidas vivas.

No critério tempo médio para consultas na atenção básica, Brasilândia se situa abaixo da média, com 18 dias de espera, e se encontra entre os índices mais altos no indicativo de mortes para covid, com 26,5% de óbitos sendo em decorrência

da doença. Acerca da taxa de abandono escolar no ensino fundamental da rede municipal, está situado entre os distritos medianos, 0,8% dos alunos, número zero de centros culturais, e possui valores mais baixos que os distritos medianos quanto à violência racial, com 0,99 vítimas para cada mil habitantes, e entre os mesmos parâmetros de violência contra a mulher, com 231,8 vítimas. Situa-se da mesma maneira nos índices de violência LGBTQIAP+, com 3,9 vítimas para os mesmos parâmetros, e possui uma das distâncias mais altas no que se refere ao deslocamento para denúncias de violências contra a mulher, com 7,5 km de distância. É o quinto distrito com taxas mais altas de feminicídio, sendo 2 o coeficiente de mortes para cada dez mil mulheres.

Analisando os dados do Orçamento Participativo de 2022 para a subprefeitura de Freguesia/Brasilândia, tem-se o apresentado na tabela 5, além das figuras 15 e 16. No total, 5 propostas foram eleitas, das quais 3 foram consideradas viáveis. Nota-se pelo gráfico de setores uma pluralidade perante as categorias utilizadas como base nas propostas submetidas. Não obstante, as 5 propostas eleitas pertencem a 5 categorias diferentes. Pelas propostas mais votadas, é perceptível que essa subprefeitura carece substancialmente de recursos básicos esperados para quaisquer distritos, tais como uma Unidade Básica de Saúde e saneamento básico. É um contraste notório com distritos localizados em regiões menos periféricas e mais favorecidas dentro da cidade, tal como Pinheiros.

Título da proposta	Categoria	Votos	Viabilidade
Construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) no Jardim Brasília	Saúde	38	Viável
Arborização de Brasilândia e Freguesia com espécimes nativas da Mata Atlântica	Meio Ambiente	32	Viável
Urbanização do Córrego Rio das Pedras e continuação da Via Pública	Transportes e mobilidade	27	Inviável
Saneamento básico de qualidade incluindo limpeza de córregos e bueiros	Saneamento	21	Viável
Alocar a sede da Subprefeitura Freguesia/Brasilândia no território	Outros temas	19	Inviável

Tabela 5: Propostas eleitas para a subprefeitura de Freguesia/Brasilândia.

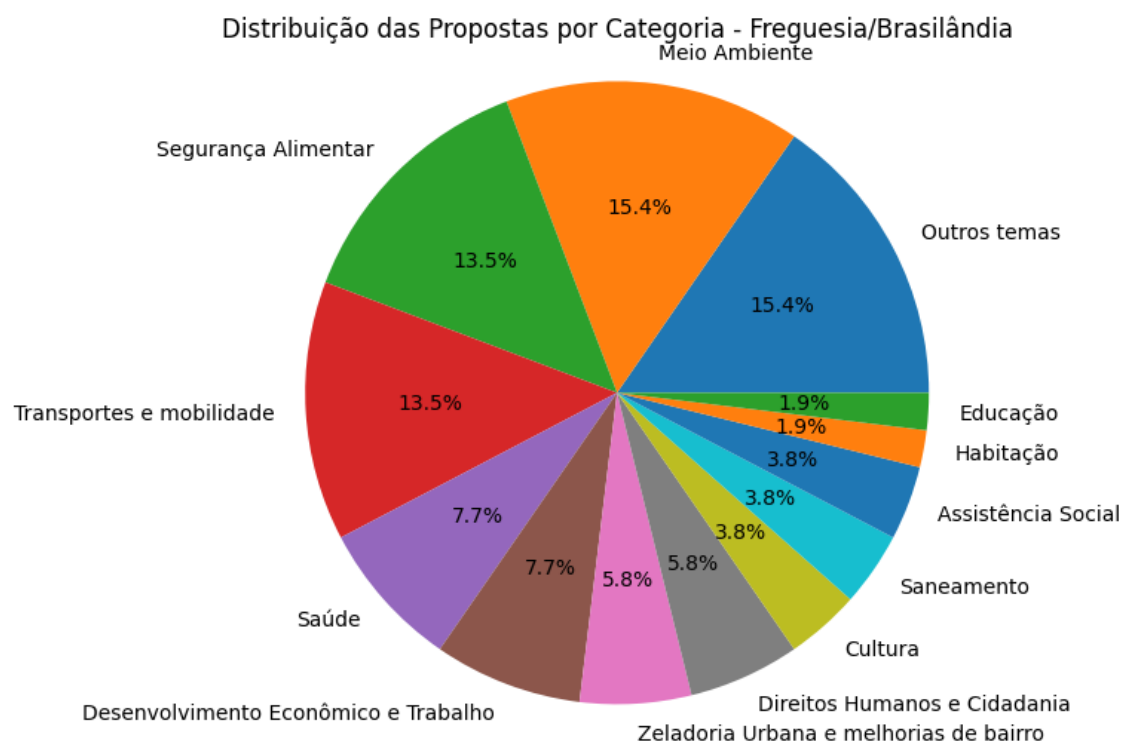


Figura 15: Distribuição das propostas submetidas por categoria para a subprefeitura de Freguesia/Brasilândia.

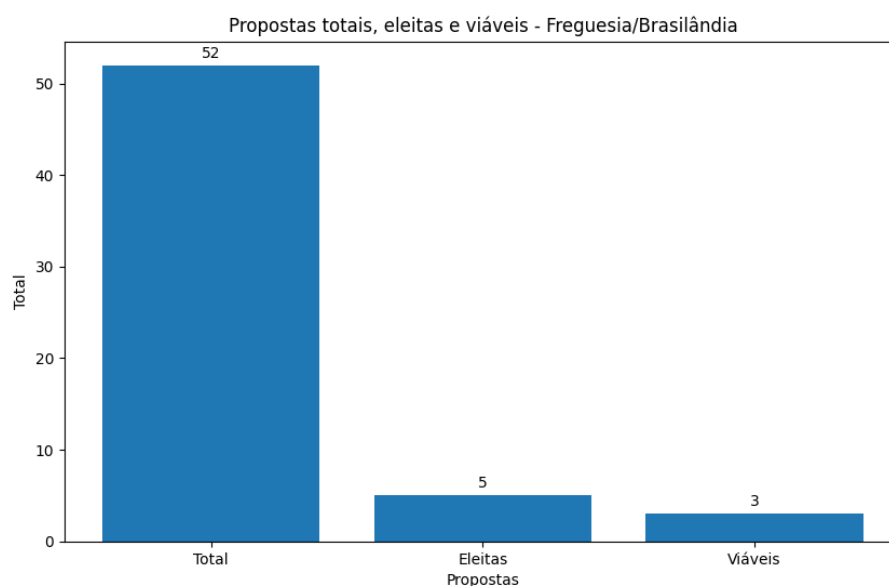


Figura 16: Comparação entre o total de propostas submetidas com as propostas eleitas e consideradas viáveis para a subprefeitura de Freguesia/Brasilândia.

3.4.2.2 Pirituba/Jaraguá

A subprefeitura de Pirituba/Jaraguá ficou posicionada em segundo lugar entre as menores proporções de propostas submetidas no Orçamento Participativo por cidadão. No que tange seus distritos, é composta por Pirituba, Jaraguá e São Domingos. De acordo com os dados demográficos disponibilizados pela prefeitura de São Paulo, a população de cada um dos distritos desta subprefeitura em 2010 era de 167 mil, 184 mil e 84 mil habitantes, respectivamente. Dessa forma, o distrito escolhido para a análise subsequente foi o de Jaraguá.

O distrito Jaraguá está localizado na zona norte de São Paulo e tem 30 pessoas em situação de rua, estando entre os vinte distritos com valores mais altos para o critério. Com 13,6 como percentual do número total de domicílios, o número de favelas está próximo do pior indicador. Com uma taxa de mortalidade de 8,9 por 1.000 habitantes, está em uma posição semelhante aos municípios com as piores mortes nas estradas. O transporte público leva 57 minutos de deslocamento no pico da manhã, posicionando-se entre os distritos com valores mais altos, e o valor do acesso à infraestrutura cicloviária é mínimo, com 13,8% da população residindo em um raio de 300 metros de distância de ciclovias.

A distribuição é de 2 antenas por 10.000 habitantes, o que localiza Jaraguá como um dos distritos com valores mais baixos no quesito. A taxa de oferta de emprego formal coloca o distrito entre os 12 piores, com 0,8 emprego para cada 10 residentes.

É o sexto distrito com maiores taxas de gravidez na adolescência, sendo 11,8% das crianças nascidas de mães com menos de 20 anos, e uma expectativa de vida de 62,1 anos, também entre os distritos menos favorecidos, mais de 17 anos abaixo dos distritos melhor posicionados. Localiza-se da mesma forma nas taxas de mortalidade materna, tendo 103,6 de razão, e mortalidade infantil, com razão de 12,1. O tempo de espera médio para consultas é de 17 dias, posicionando Jaraguá entre os distritos com dados mais favoráveis. Em mortes por COVID-19, responde por 25% de todas as mortes na região em 2021, ao redor dos valores medianos para o critério. Localiza-se entre os distritos com índices mais positivos no que tange abandono escolar, com proporção de alunos de 0,3%, e nenhum centro de cultura. É o sexto distrito com menores índices de violência racial, com coeficiente de 0,23 por 10.000 habitantes, com valores opostos para violência contra a mulher: 251,8 para os mesmos parâmetros - acima das taxas de distritos com valores medianos. Em violência contra pessoas LGBTQIAP+, localiza-se pouco

abaixo da média, com coeficiente 3,7 para os mesmos parâmetros. Posiciona-se entre os distritos com valores medianos para deslocamento médio para denúncias de violência contra a mulher, sendo de 5,1 km. Com um coeficiente de 0,4, Jaraguá também ocupa posição mediana no critério de feminicídios.

Analisando os dados do Orçamento Participativo de 2022 para a subprefeitura de Pirituba/Jaraguá, tem-se o apresentado na tabela 6, além das figuras 17 e 18. No total, 5 propostas foram eleitas, das quais 2 foram consideradas viáveis. Percebe-se pelo número de votos uma maior preocupação dos distritos com a categoria “Saúde“, embora as propostas não tenham sido caracterizadas como viáveis. No geral, da mesma forma que Freguesia/Brasilândia, a subprefeitura de Pirituba/Jaraguá também contempla um vasto número de categorias em suas propostas submetidas de forma bastante homogênea, cenário também visível pelas propostas eleitas. Por conta disso, esta subprefeitura também demonstra preocupação geral com questões básicas a serem consideradas para a população de um distrito, como centros de atendimento social e trabalho de coleta.

Título da proposta	Categoria	Votos	Viabilidade
Implantar Casa de Parto - Centro de Parto Normal	Saúde	71	Inviável
Construção de um dos CAPS na proximidade do território indígena Guarani	Saúde	40	Inviável
Construção de três Centros para Juventude	Assistência Social	34	Inviável
Implantação de Centro Cultural Multiuso de Abrangência Regional	Cultura	33	Viável
Coleta Seletiva, gestão de resíduos sólidos e Ecoponto	Meio Ambiente	30	Viável

Tabela 6: Propostas eleitas para a subprefeitura de Pirituba/Jaraguá.

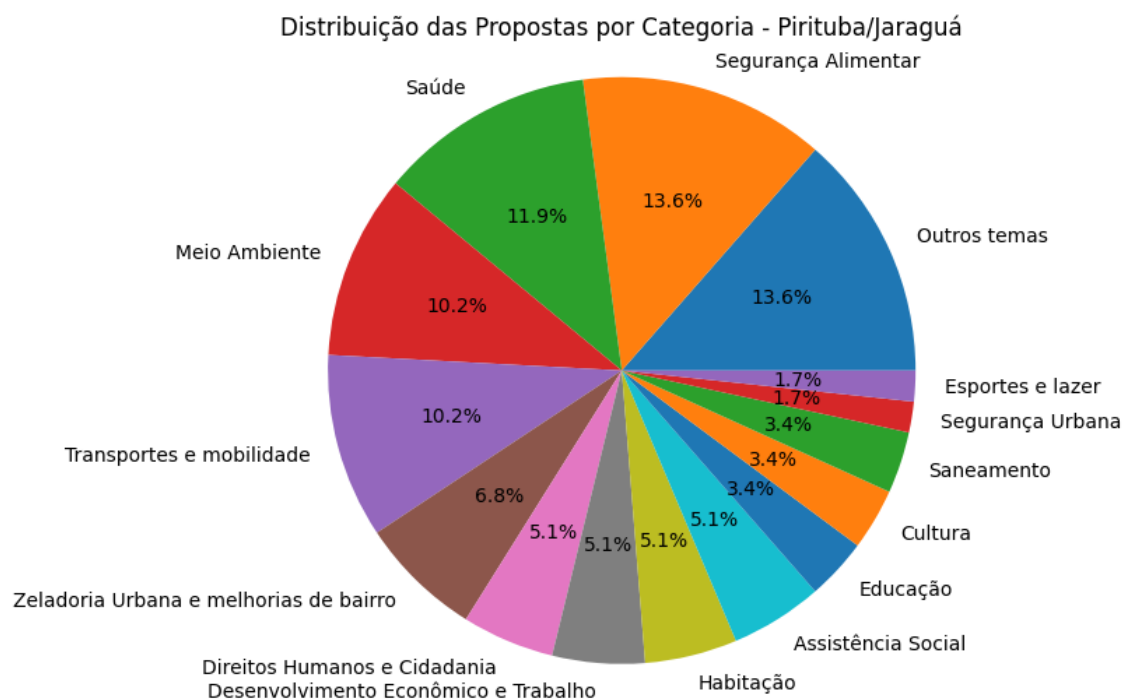


Figura 17: Distribuição das propostas submetidas por categoria para a subprefeitura de Pirituba/Jaraguá.

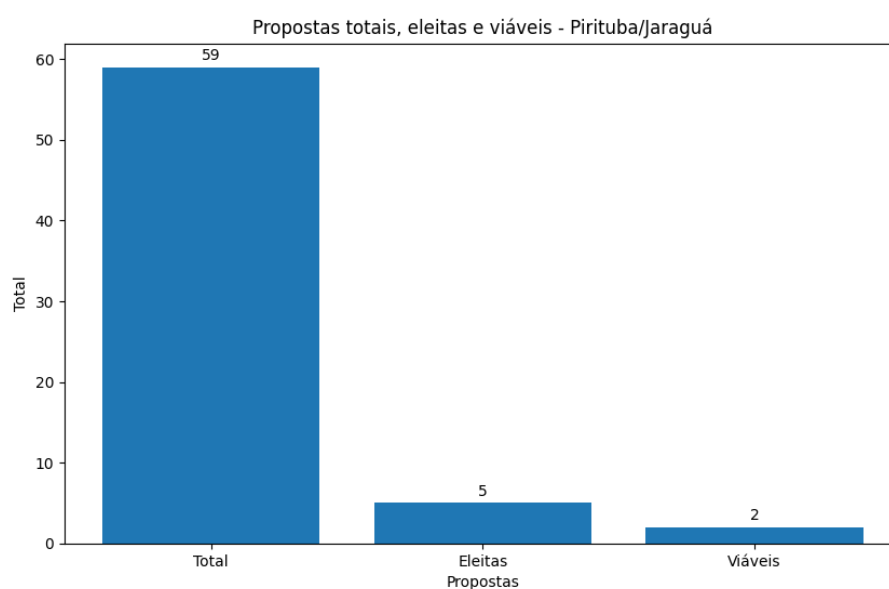


Figura 18: Comparação entre o total de propostas submetidas com as propostas eleitas e consideradas viáveis para a subprefeitura de Pirituba/Jaraguá.

3.4.2.3 Cidade Ademar

A subprefeitura de Cidade Ademar ficou posicionada em terceiro lugar entre as menores proporções de propostas submetidas no Orçamento Participativo por cidadão. No que tange seus distritos, é composta por Cidade Ademar e Pedreira. De acordo com os dados demográficos para os distritos presentes nas subprefeituras disponibilizados pela prefeitura da cidade de São Paulo, o distrito Cidade Ademar supera Pedreira em mais de 120 mil habitantes, tendo o primeiro mais de 266 mil moradores em 2010 e o segundo menos de 145 mil. Por essa razão, Cidade Ademar foi o distrito escolhido para análises relacionadas com o Mapa da Desigualdade.

Também localizado na zona sul de São Paulo, Cidade Ademar está na média em relação aos demais distritos no que se refere à população em situação de rua, com 154 pessoas nessas condições, e um dos distritos com maior número de favelas, 16,2% das residências. Está entre as taxas mais baixas de mortes no trânsito, com 5,6 de mortes para cada cem mil habitantes, e está ao redor da média em relação aos demais distritos no tempo médio de deslocamento por transporte público, com 44 minutos. Possui um dos acessos menos favorecidos a infraestrutura cicloviária, com 1,1% da população com este direito garantido, estando acima apenas dos distritos que possuem valor zero no índice. O acesso à internet móvel também está entre os mais críticos, com 2,2 antenas para cada dez mil habitantes, e entre os mais baixos para ofertas de emprego formal, com 1,1 emprego para cada dez pessoas. Possui altos índices de gravidez na adolescência, correspondendo a 10,5% dos bebês, está entre os distritos com idade média ao morrer mais baixas, de 65,4 anos, e possui valor ao redor da média dos distritos no índice de mortalidade materna, com 50,2 de razão.

Localiza-se da mesma maneira com relação à mortalidade infantil, com 10,7% dos nascidos vivos, e está entre os maiores índices no tempo médio de consultas para atenção básica, de 24 dias. Também situa-se ao redor da média em relação aos demais distritos com o número de mortalidades por covid-19, de 25,6%, bem como no quesito abandono escolar: 0,9% dos alunos. Não possui nenhum espaço de cultura, e dentre os índices de violência, está entre os menores para violência racial, com 0,84 vítimas para cada dez mil habitantes, para violência contra a mulher, com 214,5 vítimas, e o décimo menor em violência LGBTQIAP+, com 1,4 vítima para os mesmos critérios. Apresenta o oitavo maior deslocamento para denúncias de violências contra a mulher, de 10,5 km, e uma das taxas de

feminicídio mais altas, de 0,9 vítimas para cada mil mulheres.

Analisando os dados do Orçamento Participativo de 2022 para a subprefeitura de Cidade Ademar, tem-se o apresentado na tabela 7, além das figuras 19 e 20. No total, seis propostas foram eleitas e apenas duas foram aceitas, sendo essas relacionadas à educação e habitação. No geral, as propostas com maior número de votos estão relacionadas à educação, direitos humanos e saúde, denotando uma correlação vista dentre os segmentos de propostas realizadas percebidos no gráfico. Além disso, houve uma grande correspondência entre as propostas com maiores números de votos e as propostas eleitas. Entretanto, habitação foi o segmento mais viável e nenhuma proposta de saúde foi considerada viável.

Título da proposta	Categoria	Votos	Viabilidade
Construção de 2000 unidades de HIS's nos distritos de Cidade Ademar e Pedreira	Habitação	241	Viável
Implantação de 1 CEU na Cidade Ademar	Educação	239	Viável
Implantação de um Núcleo de Proteção à Violência da Mulher na Cidade Ademar	Saúde	141	Inviável
Construção de uma UPA Porte 3 na Cidade Ademar	Saúde	128	Inviável
Implantação de uma UPA de Porte II na periferia do Distrito de Pedreira	Saúde	106	Inviável

Tabela 7: Propostas eleitas para a subprefeitura de Cidade Ademar.

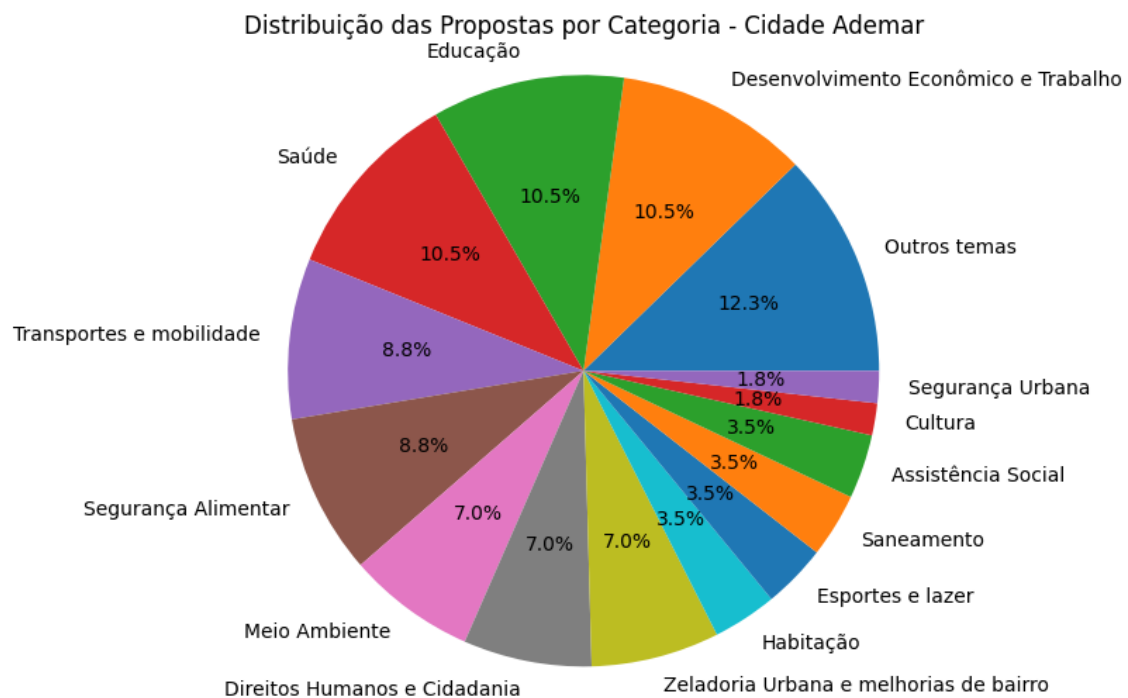


Figura 19: Distribuição das propostas submetidas por categoria para a subprefeitura de Cidade Ademar.

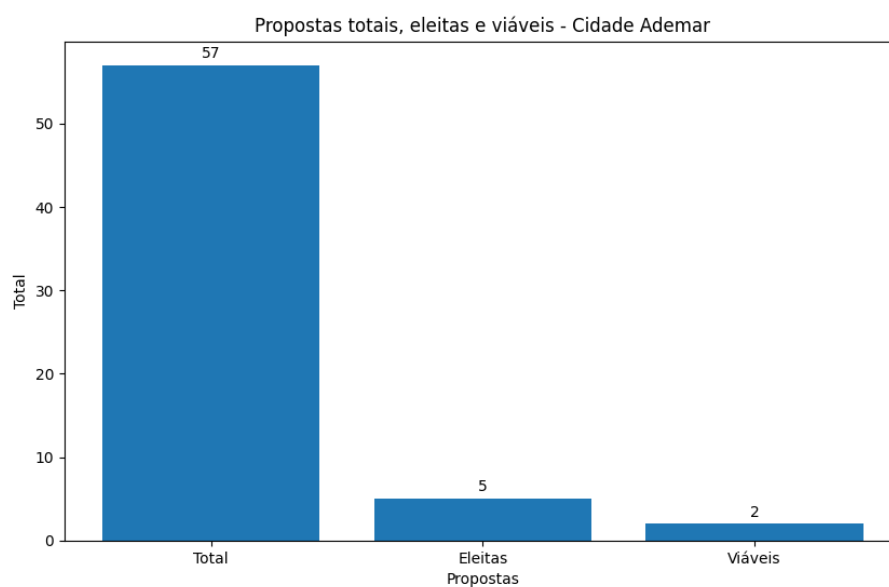


Figura 20: Comparação entre o total de propostas submetidas com as propostas eleitas e consideradas viáveis para a subprefeitura de Cidade Ademar.

4 Conclusão

Na análise a partir do Mapa da Desigualdade, alguns aspectos vêm à tona. Ao avaliar as variáveis individualmente, percebe-se que toda a cidade vive em um estado de insegurança e perante altos índices de violência, pouco incentivo à cultura e aos esportes, muitas pessoas em situação de vulnerabilidade e marginalidade, alto tempo de deslocamento, oportunidades de emprego aglutinadas, bem como o baixo acesso a ciclovias e à internet móvel. Ainda que a situação da cidade não seja favorável de maneira geral, é evidente que a localização em que cada distrito se encontra influencia em grandes níveis nos índices e, consequentemente, na qualidade de vida.

Os dados possuem abismos de amplitude: locais que possuem índices zerados de violência contra minorias, feminicídios, alta oferta de empregos, poucas ou nenhuma pessoa em situação de rua ou morando em favelas, baixos índices de gravidez na adolescência, mortes maternas ou infantis, e baixíssimos tempos de espera para atendimento na atenção básica competem com locais em que os números são alarmantes e inaceitáveis, evidenciando que o local onde um cidadão se estabelece em São Paulo interfere drasticamente na possibilidade de permanecer vivo e com direitos básicos adquiridos. A amplitude entre os valores mínimos e máximos dos índices chama atenção, e elucida que algo difere as áreas mais e menos privilegiadas.

Avaliar a partir do quão participativos são os distritos através da quantidade de propostas por habitante não apresenta resultados significativos de correlação entre o dado e a realidade em si: alguns distritos com maior participação possuem taxas também inaceitáveis, e o contrário também ocorre com os que possuem menor atividade nas votações acerca do Orçamento Cidadão.

Ao analisar os índices de desigualdade dos distritos com maior e menor participação por habitante, não foi possível observar um padrão claro que indicaria uma possível correlação entre os indicadores de desigualdade e participação, com distritos cujos índices se destacam negativamente estando presentes em todos os graus de participação.

Ademais, com a análise das propostas e dos setores mais carentes de cada região, foi possível identificar que a quantidade de propostas por habitante não foi suficiente para representar totalmente a participação, uma vez que um grande número de propostas feitas não implica em um número proporcional de propostas consideradas viáveis. Pode-se tomar por exemplo a subprefeitura de Parelheiros,

a qual ficou posicionada em segundo lugar dentre as subprefeituras com maior número de propostas por habitante, porém gerou apenas uma proposta viável.

Quanto à relação entre viabilidade das propostas por grau de participação, também não houve um padrão, com subprefeituras de baixo grau de participação possuindo uma porcentagem de propostas viáveis superior às de maiores graus e vice-versa, porém não foi possível identificar uma causa absoluta das baixas taxas de viabilidade nas subprefeituras como um todo. A análise de viabilidade poderia ser estendida ao considerar os pareceres referentes à viabilidade técnica, jurídica e orçamentária, os quais estão presentes no conjunto de dados disponibilizado pelo Participe+.

Diversas possibilidades de estudos futuros se abrem diante do apresentado nesta pesquisa. Uma análise mais assertiva a respeito da relação entre as situações das subprefeituras e as propostas enviadas como parte do programa Participe+ pode ser efetuada considerando mais do que três subprefeituras por extremidade em métricas de participação. Outras alternativas envolvem análises mais profundas nas propostas do Orçamento Cidadão, buscando o número de proponentes, número de propostas por proponente, análise na íntegra de cada uma das propostas, análise do número de votos deixados nas propostas e a consideração dos pareceres fornecidos pela Prefeitura sobre as propostas.

Tornou-se notável, por fim, que a participação no programa no município de São Paulo não se deu de forma homogênea em relação às subprefeituras; sendo assim, o conhecimento acerca da iniciativa do Orçamento Cidadão parece não atingir a todos de maneira igualitária.

5 Referências bibliográficas

Mapa da Desigualdade. Nossa São Paulo. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Mapa-da-Desigualdade-2022_Tabelas.pdf. Acesso em: 03 jun. 2023.

O Participe+ é a casa dos processos participativos online da cidade de São Paulo. Participe+. Disponível em: <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/help>. Acesso em: 03 jun. 2023.

Projeto de Lei Orçamentária Anual - 2024. Participe+. Disponível em: <https://participemais.prefeitura.sp.gov.br/budgets>. Acesso em: 03 jun. 2023.

Fortalecendo a participação social durante a pandemia: o caso

de São Paulo, Brasil. Open Government Partnership. Disponível em: <https://www.opengovpartnership.org/stories/fortalecendo-a-participacao-social-durante-a-pandemia-o-caso-de-sao-paulo-brasil/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

OLIVEIRA, D. J. S.; CKAGNAZAROFF, I. B. **A participação cidadã como um dos princípios de Governo Aberto.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 28, p. e84867, 2022. DOI: 10.12660/cgpc.v28.84867. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/84867>. Acesso em: 10 jun. 2023.

YAZLLE ROCHA, Juan Stuardo et al. **Assistência hospitalar como indicador da desigualdade social.** Revista de saúde Pública, v. 31, 1997, p. 479-487. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/rsp/v31n5/2300.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

ERMÍNIA, Maricato. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos avançados, v. 17, 2003, p. 151-166. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgfBw9PyLxBxbNRbf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ZARIAS, Alexandre. **Das leis ao avesso: desigualdade social, direito de família e intervenção judicial.** Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-24072009-153717/pt-br.php>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CHIAVEGATTO FILHO, Alexandre Dias Porto et al. **Como incluir características dos distritos do município de São Paulo em estudos epidemiológicos?: análise da desigualdade de renda pelo uso do propensity score matching.** Saúde e Sociedade, v. 22, 2013, p. 1145-1153. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/qFj5v6YGHfpZF7WXzHPN59y/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2023.

ANTUNES, Jose Leopoldo Ferreira. **Mortalidade por câncer e desigualdade social em São Paulo.** Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/23/tde-23022010-143812/en.php>. Acesso em: 17 jun. 2023.

PRIST, Arthur Hirata; BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito à Cidade e esfera pública: entre a participação política e a renovação jurídico-urbanística.** Cadernos Metrópole, v. 23, 2021, p. 629-650. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/XNCz3sb8YPdkf8xQWTbqqGx/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 17 jun. 2023.

LACERDA, Fabio; SIMONI JÚNIOR, Sergio. **A relação entre status socioeconômico, religião, disposições atitudinais e participação política: evidências da cidade de São Paulo.** In: Índice de democracia local: estudos a partir da experiência de São Paulo. Curitiba: Instituto Sivos, 2021, p. 128-148. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Camila-Montalverne/publication/350601511_Cultura_civica_na_cidade_de_Sao_Paulo_quais_os_ensinamentos_relevantes_para_a_realidade_nacional/links/6067eb96a6fdccad3f698e69/Cultura-civica-na-cidade-de-Sao-Paulo-quais-os-ensinamentos-relevantes-para-a-realidade-nacional.pdf#page=128. Acesso em: 17 jun. 2023.

BONIFÁCIO, Robert. **A participação política no Brasil.** Debate, Belo Horizonte, v. 4, 2012. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/edicao/EDSetembro-final.pdf#page=34>. Acesso em: 17 jun. 2023.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes. **A desigualdade na participação política do paulistano: segregação e democracia na Cidade de São Paulo.** Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, v. 29, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/819/472>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CAVALCANTE, Eduardo Janotti; BARROSO, Lúcia Pereira. **Relatório de análise estatística sobre o projeto “Mapa da desigualdade de gênero e interseccionalidades do município de São Paulo”.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003117057>. Acesso em: 17 jun. 2023.

Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras. Prefeitura de São Paulo. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758. Acesso em: 24 jun. 2023.